

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2011**

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 09.12.2011.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira presidiu à sessão que teve início às 15 horas, tendo o senhor António Augusto dos Santos e a senhora Andreia Sofia Monteiro Santiago desempenhado, respetivamente, as funções de primeiro e segundo secretários.

PRESENCAS

José António Carrapatoso Oliveira, Presidente da Assembleia Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura, Constantino José da Costa Vaz, em substituição de Teresa de Jesus Costa Santos, António Augusto dos Santos, Maria Otelinda da Conceição e Costa, Orlando Vítor Fernandes Nunes, Maria da Ascensão Bernardo Amaral Santos, Fernando Manuel Cardoso de Sousa, António Manuel Ferreira Penela, em substituição de Orlando Júlio de Mira Godinho Brito, Victor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Maria José Ferreira Teixeira, João Paulo Batalha Machado, Isabel Maria Portela Lopes de Campos, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Mavis Cristina Casaca Monteiro, Manuel Lino Pereira de Carvalho, Pedro Miguel Barradas Sengo, Andreia Sofia Monteiro Santiago, Carlos Dinis Marques de Almeida, Maria de Lurdes Fonseca Cardoso Pereira, João Paulo Pina Adrega, Rui Manuel Gonçalves Fonseca, Alberto Vieira Gomes e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almacave, Avões, Bigorne, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Figueira, Lalim, Lazarim, Magueija, Melções, Meijinhos, Parada do Bispo, Penajóia, Penude, Pretarouca, Samodães, Sande, Sé, Valdigem, Várzea de Abrunhais e os senhores Secretários das Juntas de Freguesia de Cepões e de Vila Nova de Souto D' El Rei, em substituição dos seus Presidentes.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências dos membros Teresa de Jesus Costa Santos, Orlando Júlio Mira Godinho Brito, e dos senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Cepões e Vila Nova de Souto D'El Rei

Injustificada a ausência do membro António José Gouveia Cardoso.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para saudar o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores presentes, os membros da Assembleia, o secretariado e o público presente, manifestando a todos a subida honra que lhe cabe ao presidir a esta Assembleia Municipal.

De seguida informou que entrou na mesa um pedido do senhor Presidente da Câmara para agendamento de mais um ponto na ordem de trabalhos, relativo ao acordo de geminação com a municipalidade francesa de Bouchemaine, que colocará à consideração da Assembleia Municipal para ser votado, no sentido de integrar, ou não, a ordem de trabalhos.

Informou ter mandado distribuir a todos os membros da Assembleia a correspondência entrada, que está ao dispor de quem pretenda consultá-la.

Leu uma carta do senhor Dr. José Mário Ferreira de Almeida, que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

José Mário Ferreira de Almeida, membro eleito da Assembleia Municipal a que V. Exa. ilustremente preside, vem requerer, ao abrigo e para os efeitos do artigo 77.º, n.º 1, alínea c) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a suspensão do mandato por 365 dias.

O presente pedido de suspensão fundamenta-se em acrescida atividade profissional do signatário, que implica a provável indisponibilidade para comparência às sessões a realizar no período de um ano, em virtude de o local onde exerce habitualmente a sua profissão se situar fora da área da autarquia.

Lamego, 20 de Dezembro de 2011.”

A mesa dá conhecimento deste pedido de suspensão aos membros da Assembleia Municipal, informando que, em função deste pedido, o senhor José Mário Ferreira de Almeida é substituído pelo senhor Alberto Vieira Gomes com caráter de permanência.

Interveio o senhor **Pedro Miguel Barradas Sengo** para, em seu nome pessoal e do Grupo Municipal do Partido Socialista, dar os parabéns pela eleição ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, ocorrida no período da manhã, desejando-lhe um bom trabalho, como o feito anteriormente pelo senhor José Mário Ferreira de Almeida.

De seguida perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que se passa com a água da cidade de Lamego, que muitas vezes ela falta, tem coloração, tem cheiro e tem sabor, características que a água não deveria ter.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para cumprimentar a Mesa eleita, desejar-lhe as maiores felicidades, pois tem a certeza que a sua posição vai ser de facilidade e total independência. Está certo que os trabalhos vão decorrer com a mesma normalidade que tem sido habitual.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse-lhe que é com todo o gosto que lhe deseja as maiores felicidades, também extensivas à restante Mesa, tem a certeza que a “perda” do senhor Dr. José Mário Ferreira de Almeida como Presidente não vai ser sentida, porque o senhor José António Carrapatoso Oliveira estará à altura de desempenhar o lugar para que foi nomeado. Disse que da sua parte terá toda a colaboração necessária.

Referiu-se à questão da água, já abordada pelo senhor Pedro Miguel Barradas Sengo, questionando o senhor Presidente da Câmara quanto à sua qualidade, pois foi várias

vezes abordado na rua por diversas pessoas. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se está em condições de garantir que a água que se consome na cidade de Lamego, tem a qualidade exigida para se poder utilizar. Disse que as dúvidas são muitas. A questão está na ordem do dia, as pessoas andam preocupadas e realmente o cheiro, a coloração e outras características, levam a admitir que não terá a qualidade necessária. A questão deve ser esclarecida pelo senhor Presidente da Câmara, para que possamos tranquilizar as pessoas. Pois, infelizmente, a água não é consumida da Barragem de Pretarouca; essa tem qualidade. Reafirmou que as pessoas estavam habituadas à água proveniente da Barragem de Pretarouca; depois, por questões financeiras, não se sabe bem, que não justificam tudo, passou-se a consumir água proveniente dos tanques de Penude. Este processo traz dúvidas sérias, os resultados, as análises e a regeneração dessa água, preocupam muito as pessoas.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para felicitar o novo Presidente da Assembleia Municipal, o primeiro e segundo secretários da Mesa, formulando os votos de felicidades no desempenho destas funções, disponibilizando a colaboração franca e leal do executivo para com a Assembleia Municipal, reforçando as relações que pessoalmente já mantinham, enquanto Presidente da Câmara e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

Deixou um gesto de homenagem e de agradecimento ao senhor Dr. José Mário Ferreira de Almeida, que a esta Assembleia se dedicou, e que dignificou com a sua capacidade intelectual, com o seu profissionalismo, com a sua presença e personalidade. Agradecer-lhe, em termos pessoais, o privilégio de consigo ter partilhado este projeto autárquico durante estes seis anos, desejando-lhe as maiores felicidades para a sua vida pessoal e profissional.

Quanto à qualidade da água levantada pelo senhor Pedro Miguel Barradas Sengo e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, disse que é muito fácil vir criticar a qualidade da água, esquecendo-se que, durante décadas, a cidade de Lamego foi abastecida pela mesma fonte que hoje a abastece. Durante décadas a água teve problemas de qualidade nos períodos de inverno. O único problema na água é exclusivamente de coloração. A água não cheira e não tem sabor, ela tem apenas uma coloração excessiva.

As análises da água são públicas, estão divulgadas nos locais próprios, portanto, é só verificar, são feitas num laboratório independente e creditado, não sendo nosso objetivo camuflar aquilo que é exigência para todos. Não esconde que a água tem uma coloração desagradável, mas possui as características químicas e bacteriológicas que permitem que seja consumida.

Contestou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, quando diz que a água da Barragem de Pretarouca tinha qualidade; esta afirmação não é verdadeira, pois na transição, foi exatamente o contrário. A transição da captação da água de Penude para a captação de Pretarouca foi um drama. Nos hotéis Aquapura e

Douro River os lençóis saíam da máquina de lavar negros. No fundo da Bugalheira houve uma boca-de-incêndio a deitar água fora durante muitos dias para se limparem as condutas das impurezas das lamas, que foram introduzidas nas redes novas, não só devido aos trabalhos, mas também devido à ETA de Pretarouca.

Reafirmou que o Município de Lamego não está a fornecer aos lamecenses nada que não tenham consumido nos últimos trinta anos. A água do Rio Balsemão é tratada na ETA de Penude com todos os cuidados e analisada, nos termos da Lei.

No que concerne ao preço da água referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, o senhor Presidente da Câmara fez-lhe um desafio; a água da empresa das Águas de Trás-os-Montes custa sessenta e seis cêntimos, o Município de Lamego vende-a a quarenta cêntimos e compram-se dois metros cúbicos para vender um; o desafio que deixa ao senhor Presidente da Junta e à Assembleia Municipal é muito simples, sobe-se o preço da água para um euro e trinta cêntimos, consome-se a água da empresa Águas de Trás-os-Montes, fechando-se todas as captações do Município. Esta é uma proposta séria, não se está a fazer negócio com água, está-se apenas a transferir para os consumidores o preço real que a água custa à Câmara Municipal de Lamego. Esta despense muitas centenas de milhares de euros por ano no défice social do abastecimento de água, ao arrepio do que diz a lei, uma Lei do governo socialista de Sócrates, que diz que as entidades gestoras de água e saneamento não podem ter prejuízos, que têm manter um equilíbrio tarifário, tendo que transferir para o consumidor os encargos desses serviços. O Município de Lamego tem encargos e está a ter uma gestão deficitária. Por isso, há que decidir entre comprar às Águas de Trás-os-Montes a sessenta e seis cêntimos, perdendo metade dessa água nas redes, isto é, comprar dois metros cúbicos para vender um a quarenta cêntimos, ou haver um abastecimento próprio e autónomo, que sempre serviu a cidade com qualidade, que foi remodelado no anterior mandato. Até foram as Águas de Trás-os-Montes, com o seu conhecimento e capacidade técnica, onde se gastaram mais de cento e cinquenta mil euros, que remodelaram a ETA de Penude.

Durante estes anos, todos se recordam do verão dramático de 2005, nunca mais houve problemas graves de abastecimento de água à cidade, nem problemas de qualidade, houve apenas pequenos percalços que são suscetíveis de acontecer no inverno. Basta olhar a cor da água do Rio Balsemão para ver que os sistemas de filtragem têm uma capacidade insuficiente para assegurar que a água seja clara.

Na Barragem de Pretarouca acontece o contrário, esta só produz 2,3,5%, do máximo da sua capacidade de filtragem de tratamento. Há que tomar uma decisão, ou se quer pagar, ou não, pelo que terá que se usar o que existe; há que ser pragmático.

Admite que a coloração da água resulta dum problema da capacidade do sistema de filtragem, mas a água tem as condições, nomeadamente em termos bacteriológicos, que permitem o seu consumo, abstraindo-se da coloração.

Quanto ao equilíbrio da distribuição com os investimentos necessários para evitar um conjunto de ruturas recorrentes ou incapacidade de abastecimento, é um assunto que se resolve com investimento, mas, neste momento, não sabe como estes se poderão efetuar sem fundos comunitários; ter-se-á que recorrer ao dinheiro dos consumidores, que é uma questão de encontrar o equilíbrio entre um serviço com qualidade mínima, mas aceitável, com um custo mínimo necessário para o pagar.

Em Fevereiro a Assembleia Municipal terá oportunidade de debater a proposta de revisão do sistema tarifário, podendo incorporar propostas que os membros da Assembleia queiram fazer, no sentido, nomeadamente, do abandono das captações próprias e da adesão integral ao sistema das Águas de Trás-os-Montes, com as implicações financeiras que daí possam decorrer.

Enquanto houver garantias do laboratório de que a qualidade da água não coloca em risco a saúde pública, o executivo justificará com humildade aos lamecenses que existe um problema com a coloração da água, que não se consegue melhorar enquanto o caudal do Rio Balsemão for um pouco mais elevado, com alguma turbacão, que na Primavera e no Verão não se colocará.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para dizer ao senhor Presidente da Câmara que este é um assunto de saúde pública que merece ser esclarecido. Aquilo que o senhor Presidente aqui disse e a preocupação que tem com a questão económica, deveria tê-la quando aderiu ao sistema. Provavelmente a Barragem de Pretarouca foi executada com o consentimento de todos os Municípios que aderiram e essas contas deveriam então ter sido feitas.

Reforçou que a coloração da água é evidente, mas é o cheiro que o preocupa. Ele próprio, em casa, já o sentiu isso, nem tomar banho se pode com esta água. O senhor Presidente da Câmara sabe, tão bem como ele, que há esgotos a correr para o Rio Balsemão a montante, na zona de Magueija e em algumas zonas de Penude. Desconhece se esta questão é totalmente verdadeira, mas cria preocupação nas pessoas, principalmente pelo cheiro. O senhor Presidente da Câmara disse que a qualidade da água na Barragem de Pretarouca também se verificou no início, é evidente, era uma rede nova que trazia esse problema. Está convencido que, neste momento, a água da Barragem de Pretarouca, não coloca a dúvidas da sua qualidade a ninguém. O problema atual deriva da Câmara ter optado por utilizar a captação antiga para não pagar às Águas de Trás-os-Montes. A Câmara vai ter que pagar, queira ou não, provavelmente através de alguma retenção de verbas.

O senhor **Presidente da Câmara** repetiu que não há qualquer problema de saúde pública, as análises confirmam que a água é bacteriologicamente pura, apesar da coloração. Informou que as análises estão afixadas, são atestadas pela Delegação de Saúde, são feitas num laboratório creditado e independente, como exige a Entidade Reguladora da Água e Saneamento, e estão expostos nos locais próprios. Neste assunto o executivo está de consciência tranquila, estão aqui as análises e está a

fornecer a água que era consumida antes de 2008 ou 2009, altura em que entrou em serviço a Estação de Tratamento de Pretarouca.

Quanto à adesão ao sistema das Águas de Trás-os-Montes disse que quem aderiu foi o executivo socialista, que integrava o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, que, de facto, na altura não fez as contas, não acautelou que iria ter de pagar perto de dois milhões e meio de euros por ano pela água e tratamento de efluentes, não tendo também acautelado, de acordo com as contas das Águas de Trás-os-Montes, que o executivo deveria cobrar, no mínimo, aos lamecenses, cinco euros de tarifa combinada por metro cubico de água e saneamento. As perspetivas das Águas de Trás-os-Montes para a integração da baixa apontavam para uma tarifa entre cinco a dez euros, dependendo se iria ter um nível de qualidade médio ou um nível de qualidade elevado. Se teria redes que, quando houvesse uma rutura se fechava nesse local e se abria noutro, havendo sempre abastecimento de água, se haveria depósitos com capacidade para muitos dias, se a ETA estivesse avariada; tudo deveria ter sido equacionado, mas não foi. Houve aqui que fazer compromissos.

Quanto á questão financeira, dado o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões ser tão defensor das Águas de Trás-os-Montes, lançou-lhe o desafio para que elabore uma proposta, faculdade de qualquer membro da Assembleia Municipal que a Lei até prevê, para que, havendo défice tarifário, seja a Entidade Reguladora a enviar proposta do tarifário diretamente à Assembleia Municipal, ignorando o executivo municipal. Afirmou que, sendo assim, se deve atualizar a tarifa da água para um preço não inferior a um euro e trinta cêntimos, para que a Câmara possa adquirir toda a água àquela empresa e pagar uma fatura que, normalmente, ronda os cento e quinze mil euros por mês.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Pretarouca** para, sobre esta matéria, afirmar que sempre disse nesta Assembleia que não via com agrado que a Câmara desse a exploração em baixa às Águas de Trás-os-Montes para que esta pudesse beneficiar da água de Pretarouca. Na altura afirmou que seria uma forma de entrar no bolso dos contribuintes, para que a empresa enriquecesse rapidamente, pois as águas iriam ser privatizadas, na medida em que se está a falar da água mais cara do País. Disse que estas estruturas, barragem e condutas, feitas com financiamento de 85% a fundo perdido, água a ser transportada por gravidade a uma estação de tratamento, que consiste na retenção dos detritos do subsolo, restos de madeira e folhas, a separação das lamas, não lhe parece que a água de Pretarouca necessite de algum tratamento especial, podendo até chegar por gravidade ao principal consumidor, a cidade de Lamego, para justificar o elevado preço aos consumidores. Sugeriu uma renegociação dos preços com as Águas de Trás-os-Montes e com o Ministério do Ambiente, no sentido de rever o custo das tarifas de água, que não se justifica seja tão elevado pelos fatores apontados. Pediu ao senhor

Presidente da Câmara que, até lá, uma parte da sua freguesia, que está a ser abastecida por essa água, deixasse de o ser, passando a sê-lo pelo sistema antigo.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para fazer uma referência ao contrato de concessão assinado com as Águas de Trás-os-Montes, que não é renegociável, pois a referida empresa não aceitou a renegociação, não sendo possível a saída do Município de Lamego. Disse que só há uma solução em que o Município está a trabalhar, tentando falir as Águas de Trás-os-Montes para anular este sistema, para que o estado encontre outra solução, colocando estes municípios ao nível dos sistemas mais eficientes, como Porto e Lisboa, que pagam a água a trinta e cinco cêntimos por metro cubico. Esta é a situação, pois foi criado um sistema que, de acordo com a própria administração das Águas de Trás-os-Montes, é inviável, está falido, o Município de Lamego não tem hipótese de continuar a sustentar este “monstro”, que custa sessenta e seis cêntimos por metro cúbico de água, setenta e dois cêntimos por metro cubico de saneamento que entra nas ETAR'S.

Corrigiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, dizendo que o Município de Lamego fez, além da ETAR de Magueija, que apanha toda a parte superior daquela freguesia, fez a instalação de ETAR'S em Quintela, Chãos, Lamelas, numa série de sítios que drenavam diretamente para o Rio Balsemão e, esta situação, conjugada com o caudal ecológico da barragem de Pretarouca, levou a que, genericamente, a qualidade da água do Rio Balsemão, mesmo em condições de estio, tenha melhorado significativamente. Ou seja, tirando a questão das cheias e dos sólidos em suspensão nas águas, em termos gerais é mais fácil fazer hoje um tratamento adequado da água do Rio de Balsemão, do que era há quatro ou seis anos atrás. Informou que aguarda uma alteração ao nível do grupo Águas de Portugal, para que os municípios se vejam livres deste problema que os está a levar à falência. O Município de Lamego não consegue pagar às Águas de Trás-os-Montes com o que cobra aos consumidores. Por outro lado não acredita que esta Assembleia esteja na disposição de subir o preço da água três ou quatro vezes. Disse que o contrato de concessão foi tão mal negociado que previu consumos mínimos superiores ao consumo global do Município. O Município de Lamego vende um milhão e cem mil metros cúbicos de água por ano, que fatura aos consumidores, e as Águas de Trás-os-Montes apresentam ao Município um consumo mínimo, negociado no contrato de concessão, superior a esse valor.

Referiu que, para além de se pagar a água mais cara do país, sessenta e dois cêntimos por metro cubico, ainda tem que se pagar a água que não se consome; este é um contrato absolutamente leonino e ruinoso. Não culpa, e só faz esta referência ao anterior executivo socialista porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões referiu que tinha sido este executivo a aderir às Águas de Trás-os-Montes. Está enganado, foi o executivo do Partido Socialista, fê-lo numa perspetiva de pressão em função do acontecido no verão de 2005, em que não havia água para

fornecer à população, embarcando nesta solução sem acautelar consequências futuras; não critica, não faz juízos de valor, admite que não havia outra saída, mas os resultados estão à vista, são ruinosos para o Município.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Samodães** para dar os parabéns à Mesa da Assembleia Municipal, a quem desejou muitos sucessos.

Referiu-se ao problema da água e, na sua opinião, não se vai sair deste impasse. Esta Assembleia está-se a esquecer dum pormenor importante; concorda com as intervenções que o antecederam. Disse que o problema do cheiro é real, a coloração da água deve-se aos incêndios, às cinzas e aos detritos que vêm na água, com as enxurradas dos últimos dias, que vertem para o Rio Balsemão, chegando à albufeira. Daqui para diante este problema irá melhorar.

Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o local onde são depositadas as lamas da barragem de Pretarouca; são levadas para algum aterro ou se são lançadas no leito do Balsemão? Antigamente as pessoas bebiam a água do Rio Balsemão em más condições, não havia análises para a controlar. As águas nasciam por gravidade, não havia o problema dos incêndios, e as águas, mesmo sem análises, chegavam ao consumidor com mais pureza.

Antes de encerrar o período antes da Ordem do dia o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a integração o ponto referente ao acordo de geminação com a municipalidade francesa de Bouchemaine, que será o ponto número sete, caso a Assembleia Municipal o decida. A Assembleia está em condições de votar a sua inclusão, ou não, na Ordem de Trabalhos.

A Assembleia votou **por unanimidade** a sua inclusão na ordem de trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

01- ASSUNTO: ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Presente para apreciação e deliberação a ata da sessão extraordinária de vinte e cinco de Novembro de dois mil e onze, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros.

Deliberado: Aprovada por maioria, com quarenta e um votos a favor e uma abstenção.

02 - ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO ARTIGO 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que a informação está escrita e à disposição dos membros da Assembleia para as questões que queiram colocar, salientando alguns pontos mais relevantes.

A primeira tem a ver com o Complexo Desportivo de Lamego - teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto na sequência da rescisão unilateral do protocolo que o Município de Lamego mantinha com o Instituto de

Desporto de Portugal, que levou ao cancelamento da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Lamego ao programa Operacional de Valorização do Território, para a construção, naquele espaço, do Centro de Alto Rendimento de Voleibol. Salientou que foi uma rescisão unilateral, decidida politicamente por ordem do anterior Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e assumida pelo Instituto de Desporto de Portugal e, nesse seguimento, o programa Operacional de Valorização do Território comunicou que a candidatura era chumbada, uma vez que o IDP não permitia que a Câmara Municipal de Lamego ali fizesse qualquer intervenção. Transmitiu ao senhor Secretário de Estado a intenção da Câmara Municipal de Lamego processar judicialmente o Instituto de Desporto de Portugal, para ser ressarcido dos encargos que suportou na elaboração do projeto e candidatura, bem como nas obras executadas naquele Complexo Desportivo durante a vigência do protocolo agora rescindido. Apresentou ao senhor Secretário de Estado uma proposta de transferência para a Câmara Municipal de Lamego da titularidade daquele espaço, sem qualquer ónus, que permita ao Município de Lamego apresentar uma candidatura própria, quer para a área do futebol, quer para os restantes equipamentos do Complexo Desportivo, estando a aguardar resposta do senhor Secretário de Estado.

A segunda tem a ver com a geminação com a municipalidade francesa de Bouchemaine, aceite para inclusão na ordem de trabalhos de hoje.

A terceira tem a ver com uma reunião que teve na Direção Regional de Educação do Norte devido ao problema do transporte escolar das crianças do 1.º Ciclo, resultante do encerramento das escolas e à sua concentração nos centros escolares. Disse que o anterior governo propôs às câmaras trezentos euros por aluno por ano para o transporte das crianças do 1.º Ciclo. A Câmara de Lamego não aceitou, porque estes transportes custam oitocentos e dez euros, comunicando, no ano anterior, à Direção Regional de Educação do Norte que o Município não iria fazer os referidos transportes. Como houve eleições em Junho e o senhor Diretor Regional estava, na altura, no cargo em gestão, não se sentia legitimado para tomar decisão sobre o assunto, pelo que em Setembro o Município de Lamego assumiu os transportes dos alunos, agravando-se a situação. As câmaras que assinaram o protocolo recebem trezentos euros e as câmaras que não assinaram os protocolos estão a transportar os alunos sem nada receberem. O Município de Lamego vai tomar uma atitude de força, e a única é, no próximo ano letivo, deixar de fazer os transportes escolares, com prejuízo para as Juntas de Freguesia, que têm competências delegadas nesta matéria, mas que a Câmara assegurará relativamente à amortização dos leasings das viaturas. Mas o Ministério da Educação terá que resolver o problema que criou, pois o Município de Lamego não pode suportar esse encargo. Até podia suportá-lo se recebesse os trezentos euros pelos transportes já efetuados, que era melhor que nada. Não aceita que os concelhos vizinhos recebam trezentos euros e Lamego nada.

Referiu-se à VI Conferência da água, disse ser frequentemente convidado para participar em várias conferências sobre o setor da água pela sua posição muito crítica em relação à política do setor e à gestão do grupo Águas de Portugal. Não se cansa de repetir que é necessário encontrar uma solução para os sistemas de Abastecimento de Água e Tratamento de Saneamento, em que os mais frágeis estão localizados no interior do País. Ali apresentou uma solução para deixar falir as Águas de Trás-os-Montes, ou fazê-la adquirir pelas Águas Douro e Paiva, que é a empresa com melhor tarifário do país, trinta e cinco cêntimos, dando à empresa Águas Douro e Paiva uma prorrogação do prazo da concessão de quinze anos, que permitiria absorver o passivo das Águas de Trás-os-Montes, dilui-lo nos quinze anos de concessão a mais e não ter que subir a tarifa aos consumidores do grande Porto. Ou seja, ficava-se no norte do país, se incluir as Águas do Noroeste, com uma única empresa e uma única tarifa. Deu o exemplo em que as Águas de Trás-os-Montes investiu numa conduta para Resende e Baião, decidindo depois politicamente o governo, que as Águas Douro e Paiva transportassem a água do Porto para Baião por ser a trinta e cinco cêntimos e não a sessenta e seis cêntimos. Neste caso, o Município de Lamego está a pagar um investimento inútil na ligação da Ponte da Ermida a Baião, estando estes concelhos a pagar a água a metade do preço do que nós pagamos às Águas de Trás-os-Montes.

Referiu-se ao Festival de Gastronomia, iniciativa da Câmara Municipal de Lamego financiada num projeto do Douro Emoções, que o Município de Lamego tem com as Câmaras de Vila Real e Peso da Régua, no âmbito do Douro Alliance, embora não promovido diretamente pela Douro Alliance. Fez-se este evento com uma participação muito empenhada da Associação de Empresários do Turismo do Douro e da Escola de Hotelaria de Lamego, que abrangeu um conjunto de restaurantes de mais catorze concelhos. Obviamente que está para além das responsabilidades do Município promover e realizar um Festival de Gastronomia que é do Douro.

Salientou a reabertura do Mosteiro de Salzedas, dizendo que este facto integra um projeto que inclui três intervenções: Salzedas, São João de Tarouca e o Convento de Ferreirim, que vai ter também, muito brevemente, uma intervenção.

Disse ter esteve participado numa reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses para discutir a Reforma da Administração Local, onde estão marcados vários encontros para debater o assunto.

Destacou ainda o protocolo estabelecido com a Federação Portuguesa de Andebol, visando a realização do jogo internacional entre Portugal e Turquia de qualificação para o Campeonato do Mundo, a transmitir na RTP 2 no dia 4 de janeiro de 2012, no novo Pavilhão Multiusos de Lamego.

Destacou a apresentação pública do projeto Eixo Barroco, que inclui a requalificação das Avenidas Dr. Alfredo de Sousa e Visconde Guedes Teixeira, discutido neste salão nobre com uma ampla participação popular.

Referiu uma reunião com o Chefe do Estado-maior do Exército, para discutir o assunto do CTOE, que sempre preocupa o Município e está bem encaminhado.

Salientou as Conferências do Douro Sul, onde se discutiram a economia local e a Reforma Administrativa, com a participação do senhor Secretário de Estado da Administração Local e do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Terminou referindo-se à feira mensal, no primeiro sábado de cada mês, com o objetivo de dinamizar a economia local, de trazer pessoas à cidade, esperando que este afluxo resulte no benefício para os feirantes e, sobretudo, para todo o comércio da cidade.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** interveio para se referir ao protocolo estabelecido com a Federação Portuguesa de Andebol, questionando o seu custo para a Câmara Municipal de Lamego. Quanto ao projeto do Eixo Barroco, perguntou se o concurso já foi realizado e/ou adjudicado, quando prevê que comece a obra aqui muito discutida com opiniões divergentes, incluindo a sua .

Quanto à reunião com o Chefe do Estado-maior do Exército perguntou qual a perspectiva da Câmara relativamente à manutenção, ou não, em Lamego da instituição deste corpo de tropas especiais; há muitas dúvidas, pelo que gostaria de saber diretamente do senhor Presidente da Câmara, qual o ponto de situação.

Relativamente à feira mensal de sábado perguntou se a mesma se destina somente aos produtos locais e para a economia local, ou se é uma feira normal, onde os nossos produtores também se podem integrar.

O senhor **Presidente da Câmara** informou que o protocolo estabelecido com a Federação Portuguesa de Andebol não tem encargos diretos para a Câmara Municipal, tem custos de responsabilidade logística que se vão situar entre os dez e quinze mil euros. O Município de Lamego está a tentar obter patrocínios para coisas tão simples como a água, os cartazes publicitários e as camisolas. Está-se a tentar que os custos sejam distribuídos por um conjunto de patrocinadores que queiram apoiar o evento e beneficiar da publicidade decorrente da transmissão televisiva.

O ideal seria que o mesmo se efetuasse com apoios de forma integral, sem custos para a Câmara Municipal, mas o valor que está em causa é aquele, esbatendo-se com o com o dinheiro que fica em Lamego nas dormidas dos atletas, nas refeições, que serão servidas na Cantina, bem como nos produtos oriundos de Lamego. Os transportes serão assegurados pelas Juntas de Freguesia.

Em relação ao Eixo Barroco disse que o concurso ainda não foi lançado, por ainda não ter a totalidade dos projetos de infra-estruturas, nomeadamente, água, saneamento e eletricidade, bem como alguns projetos das especialidades.

Quanto à feira semanal afirmou a feira se dirige a todas as pessoas e entidades que podem participar e vender na feira, ou seja, os feirantes registados que têm cartão de feirante, os produtores que vendem no mercado e fora do mercado, nomeadamente na zona da Rotunda. O objetivo, que foi por si muito vincado na apresentação desta feira, é que pudesse haver um grande reforço de participação dos produtores locais,

naturalmente na venda dos seus produtos, reforçando o que pode ser um incremento das produções locais, dos produtos de qualidade da agricultura biológica da horta, com benefício para o orçamento familiar de todos estes produtores.

Em relação á reunião com o Chefe do Estado-maior do Exército relativo à situação do CTOE, está descansado, por ter a palavra do senhor Primeiro Ministro, transmitida pessoalmente, sendo óbvio que uma unidade de grande importância para o exército e para o País como o CTOE, o é logicamente para Lamego. Está-se a trabalhar com a estrutura do exército para criar as condições mais adequadas à sua continuidade em Lamego, nas melhores condições de operacionalidade.

Tomou a palavra o **senhor Ângelo Manuel Mendes Moura** para, em primeiro lugar, se congratular pela eleição do senhor Presidente da Assembleia e restante mesa. É garantia de continuidade do trabalho que já vinha desempenhando, enquanto primeiro secretário, e é também garantia, para esta Assembleia, de que os trabalhos irão continuar a ser dirigidos com isenção e imparcialidade.

De seguida, pediu um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, relativo a duas questões. Uma relativa ao protocolo assinado pelo Município com a Federação Portuguesa de Andebol - pretendia saber os verdadeiros encargos diretos para a Câmara. Afirmou que sempre que se questionam os encargos para a Câmara há que ter cuidado, porquanto a gestão do património municipal é quase toda feita pela empresa municipal Lamego ConVida. Só se pode fazer esta pergunta porque o senhor Presidente da Câmara é também o Presidente do Conselho de Administração da Lamego ConVida; portanto, nessa qualidade poderá, se quiser, responder. Queria saber se há outros custos protocolados para o Município, que não para o executivo.

Gostaria ainda de ser esclarecido sobre um “disse que se disse”, que paira na cidade, quanto às condições do Pavilhão Multiusos, nomeadamente condições físicas e impermeabilização. Em suma, pretende saber se o pavilhão está em condições para receber esse evento.

Quanto ao CTOE afirmou ser esta unidade a maior instituição do Município de Lamego e a maior empregadora, para além de todas as relações históricas e culturais. Por tudo que representa para Lamego, existe no Partido Socialista grande preocupação a propósito da manutenção do CTOE, mas regista com agrado a intervenção do senhor Presidente da Câmara.

O **senhor Presidente da Câmara** usou se novo da palavra para dizer que o protocolo estabelecido com a Federação Portuguesa de Andebol para realização do jogo Portugal–Turquia, foi única e exclusivamente com a Câmara Municipal de Lamego, sendo todos os encargos somente suportados pela Câmara Municipal e não pela empresa municipal Lamego ConVida.

Quanto às condições do Pavilhão Multiusos, está perfeitamente utilizável. Houve, no decurso das obras, alguns problemas de infiltrações, pois tem uma cobertura acessível e claraboias, que são sempre pontos fracos, que foram retificados e resolvidos, pelo

que o Pavilhão Multiusos está em ótimas condições para ser utilizado, não obstante ser um equipamento que precisa de utilização, com gente, onde se realizem eventos, para que todas as estruturas construídas naquele espaço, possam funcionar, na medida em que, se estiverem paradas muito tempo, irão necessariamente degradar-se e não cumprirão a sua função. Para o evitar está-se a preparar cuidadosamente um conjunto de eventos, sendo intenção do executivo evitar gastar muito dinheiro com eventos sem retorno imediato, atendendo à situação financeira. Estão já previstos para este ano alguns eventos para utilizar o pavilhão estando a preparar-se a programação. Interveio o senhor **António Augusto dos Santos** dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, corroborando a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara relativamente ao CTOE. Afirmou que teve o prazer de estar no final do curso das tropas do Quartel de Santa Cruz, onde teve a oportunidade, porque esteve sempre junto do senhor General e do atual Comandante, com os quais procurou abordar o assunto da possível saída do CTOE de Lamego. Eles próprios lhe afirmaram que a saída do CTOE seria o maior prejuízo para Lamego nos últimos cem anos. Falou-se em contrapartidas, com os imóveis militares que existem em Lamego, para se construir um quartel novo. A certa altura o senhor general disse-lhe que ficasse descansado, porque o assunto está a ser tratado e a unidade manter-se-á em Lamego. Mais descansado ficou com a afirmação do senhor Primeiro Ministro ao senhor Presidente da Câmara.

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** para dar os parabéns ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, extensivos aos senhores secretários, pela sua eleição. Correndo o risco de questionar situações que já foram esclarecidas, porque chegou mais tarde. Perguntou se já havia resultados do grupo de trabalho aqui eleito na última Assembleia, relativamente ao agrupamento de Juntas de Freguesia, em função da Reforma Administrativa Local, porque este assunto diz respeito a todos.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que é sempre pertinente falar-se da Reforma Administrativa. É um assunto que está na ordem do dia. Informou o senhor João Paulo Batalha Machado que o grupo de trabalho já reuniu uma vez e, da discussão que foi feita, surgiram algumas questões relevantes. Uma delas tem a ver com algumas reservas e receios relativos a este processo de reforma. Baseiam-se esses receios essencialmente nalgumas situações diferenciadas que há nas freguesias do concelho, quer relativamente a questões de identidade, mais vincadas, questões de vizinhança, questões relacionadas com as características da freguesia ou com o tipo de gestão, ou ainda com situações económico-financeiras. Há algumas questões que trazem alguns receios a esta discussão. Há também um conjunto de aspetos em que há sintonia, com afinidades entre freguesias vizinhas que propiciam a discussão do processo de integração e há a vontade de todos de que haja um compromisso político, que foi assinado pelo anterior governo com o apoio do PSD e do CDS, que seja levado à prática, sob pena de virmos a ser penalizados no âmbito do protocolo de entendimento

assinado com a Troika. Ponderados todos estes aspetos, parece-lhe haver algum consenso de que, no Município de Lamego, seja aceitável discutir a fusão de freguesias com menos de quinhentos habitantes e a criação de agrupamentos de freguesias com mais de quinhentos habitantes. Entende-se poder ser vantajoso vir a ter uma gestão agregada e crescer em dimensão, em meios e competências. Vai continuar-se essa discussão, que partiu duma proposta que tomou a liberdade de fazer, que considera ambiciosa e maximalista. Irá brevemente voltar a reunir o grupo de trabalho para se tentar dar passos concretos nesse campo. Entretanto, irá fazer reuniões com os diversos grupos de freguesias que, pela sua reduzida dimensão, tenham que ser agregadas ou com aquelas que entenderem avançar com o processo de agregação voluntária. Poder-se-ão começar a discutir questões mais concretas, nomeadamente as condicionantes em relação à governação das novas freguesias, as competências e os meios financeiros que, em princípio, o governo já se comprometeu a maximizar em 10% as transferências do FEF para as freguesias que vierem a ser agregadas. Disse que a Câmara Municipal irá reforçar a delegação de competências para as freguesias que mostrarem ter dimensão e projeto, para fazer mais do que o que tem sido habitual nas atuais freguesias.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Samodães** para elogiar o senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo desempenho das suas funções. Disse que lhe foi distribuído o resumo da correspondência recebida pela mesa, onde diz que o senhor João Paulo Batalha Machado justificou a sua ausência à sessão de hoje. Não entende como ele vem aqui solicitar uma resposta de um assunto, que não está na ordem de trabalhos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou o senhor Presidente da Freguesia de Samodães que o senhor João Paulo Batalha Machado, pediu apenas justificação da sua ausência à sessão extraordinária realizada na parte da manhã.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

03 - ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2011

Presente à sessão proposta de deliberação da Câmara Municipal, que aprovou por maioria, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que seja apreciada e votada a proposta de deliberação e aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012;

Pedido de autorização para a contratação dum empréstimo a curto prazo, nos termos do n.º 3 e 7 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para ocorrer a dificuldades de tesouraria que possam surgir na Gestão Municipal, não podendo exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da

participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objetivos definidos;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse que a Mesa entende que subjacente à proposta de discussão dos Documentos Previsionais e com o intuito de agilizar procedimentos administrativos, propõem-se à aprovação e autorização da Assembleia Municipal:

- Proposta de deliberação e aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012;
- Pedido de autorização para a contratação de um empréstimo a curto prazo, nos termos do n.º 3 e 7 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para ocorrer a dificuldades de tesouraria;
- Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2012;
- Pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objetivos definidos;

Disse ainda que a mesa entende que a documentação que está contemplada na informação sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano tem implícitos estes pontos, embora, na ordem de trabalhos, a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2012 esteja num ponto separado.

Disse que deixava esta consideração à reflexão dos Grupos Municipais, anunciando que estava aberto o debate do ponto número três - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012.

Deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para explicações breves sobre o Orçamento, atento o enquadramento em que foi desenvolvido e será executado.

Este disse que se está perante a redução progressiva das transferências do Estado para as autarquias e uma crise económica em recessão, que já afeta o funcionamento das empresas e o rendimento das famílias, e vai traduzir-se também na perda de receitas dos Impostos Municipais. Por outro lado há dificuldades do setor bancário, nomeadamente, no financiamento dos principais parceiros deste município, fornecedores e empreiteiros, e no financiamento dos próprios projetos municipais. O executivo está confrontado com a necessidade de apresentar um orçamento que é condicionado por vários aspetos: 1.º - a necessidade de reduzir a sua despesa corrente de funcionamento, para o que é apresentado um conjunto de medidas. 2.ª - há que transferir para 2012 um conjunto de dívidas a fornecedores, de montante financeiro significativo, que tem que ser repartido no orçamento; 3.ª - apesar do clima de crise,

há um conjunto de investimentos que o executivo quer levar a cabo, porque indispensáveis ao desenvolvimento da cidade e do concelho de Lamego e ao aproveitamento das possibilidades de financiamento que o Quadro de Referência Estratégico Nacional ainda permite a este Município.

No que se refere ao Projeto de Regeneração Urbana, à intervenção “Viver Lamego”, que está financiado com dez milhões de euros no QREN, neste momento financiados a 85%, há expectativas que possam ser alargados para 95% para todo o projeto de requalificação do Bairro do Castelo, quer do espaço público quer dos imóveis que a Câmara Municipal ali possui, para a instalação de serviços e dinamização turística do Bairro do Castelo. Quer esta requalificação, quer a do Eixo Barroco, das Avenidas Alfredo de Sousa e Visconde Guedes Teixeira, quer o projeto da Rua da Olaria, espaço público e projeto da Santa de Misericórdia, quer a requalificação do Largo da Feira, projeto em que é parceiro a Lamego ConVida, dará a criação dum conjunto de espaços de natureza cívica e parcialmente comercial. Estes projetos terão que ser desenvolvidos, é essa a vontade do executivo, e acrescem a este orçamento.

Afirmou que entre a despesa para o ano de 2012, despesa corrente, despesa de investimento mínimo, a dívida a fornecedores que é transferida para 2012 e os novos projetos que estão incorporados, os dois mais pesados - projeto “Viver Lamego” e o novo Pavilhão do Centro Escolar de Penude - que servirá também as freguesias daquela zona e todos os clubes e coletividades em geral, levam a que este orçamento se cifre em cerca de cinquenta e três milhões de euros.

Afirmou não ser possível, conforme já explicado, que este orçamento seja menor, sendo que será executado numa percentagem superior a 50%. Em qualquer das situações, muitíssimo acima dos 50%, se se conseguir financiamento do projeto de saneamento financeiro, que já foi apresentado à banca, aguardando a apresentação das respetivas propostas.

Informou não haver grande receptividade no setor bancário à apresentação de propostas para este empréstimo com vista ao saneamento financeiro; há dificuldades de financiamento e capitalização dos próprios bancos, mas o processo está em curso, esperando ter proposta até ao final do ano, para que o executivo as traga à Assembleia Municipal, para se reduzir o que mais preocupa o executivo, que é a dívida a fornecedores, eliminá-la e passar a poder executar um orçamento que só inclua as despesas do ano e os investimentos previstos, sendo estes executados até ao final de 2012, por ser esse o contrato de financiamento que o Município tem com o QREN. Informou que o QREN não terminará em 2013, provavelmente será prorrogado, esperando que haja alguma compreensão por parte do QREN, para que os projetos possam ter algum deslizamento no tempo. Este esforço financeiro, apesar de minorizado pelo aumento da taxa de financiamento comunitário que se terá de fazer no próximo ano, poderá ser dividido entre os anos de 2012 e 2013.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, dizendo que é confrontado com um Orçamento e Grandes Opções do Plano que, tal como nos anos anteriores, dá sempre para fazer tudo, sem definições específicas e de objetivos, englobando todas as atividades necessárias.

Disse que gerir um Município é muito mais que pedir empréstimos e mandar fazer obras. Durante os últimos seis anos, regista e observa que, ano após ano, orçamento após orçamento, conta de gerência após conta de gerência, foi o que fez. Afirmou que os valores orçamentados e as grandes opções do plano, cifram-se, em média, sem discutir os números, porque eles são o que são, em 50% entre o orçamento e a sua execução. Depois há o lado da execução do capital, valores muito abaixo dos 50%, valores que são conhecidos de todos os membros da Assembleia Municipal.

Disse que no orçamento, mais uma vez, é colocada a mesma situação, responde-se aqui à saciedade com argumentos já esgrimidos. Agora, pela primeira vez, são solicitados contributos e, pelo que nos é presente à partida, é um mega orçamento perfeitamente irrealista e inexequível.

Assim disso, não poderia o Partido Socialista dar qualquer outro contributo, aliás nos últimos seis anos o Partido Socialista tem sempre exigido que o orçamento seja realista, nele constem as receitas que se possam arrecadar, retirando as receitas fantasmas resultantes da venda de património. O Grupo Municipal do Partido Socialista já sabe os argumentos que se esgrimem dum e do outro lado. O senhor Presidente da Câmara vai provavelmente dizer que era a prática anterior. Agora, uma pergunta se impõe ao Município, quando para de mandar fazer obra? Quando é que se para de pedir empréstimos?

Recolocando a questão - quando se começa a pagar aquilo que se está a gastar?

Disse que esta prática parece não ter fim, ainda mais com o projeto aqui apresentado - o célebre Eixo Barroco - não é mais que alterar o existente, permitindo-lhe a expressão "lavar a cara" do centro da cidade. Disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer saber o que essa obra redundará em criação de infra-estruturas e criação de riqueza futura? Repete outra pergunta já aqui colocada ao longo de seis anos; é indesmentível, foram feitas obras na ordem dos milhões de euros, como é possível que o tecido empresarial do Município, desde a restauração à construção civil, esteja em perfeito declínio. O argumento exibido de que é necessário fazer obras, é necessário revitalizar o tecido empresarial privado, é necessário criar dinâmicas, efetivamente, nesta meia dúzia de anos, o grupo Municipal do Partido Socialista não consegue vislumbrar nenhuma dessas dinâmicas, antes pelo contrário, vê-se o comércio local, cada vez mais definhado. Estamos a falar do comércio de distribuição, da restauração, da construção civil e de outro tipo de infra-estruturas produtivas, que continuam inexistentes e, os que existiam, continuam a definhar.

O argumento de que se vai fazer obra para dinamizar a economia local, a atividade local perdeu-se completamente, não colhe, não é este o caminho. Terá que ser feito

outro esforço, encontrar-se outro tipo de inovação e de capacidade, de incentivo ao empreendedorismo; é necessário que o executivo encontre outras soluções. Não basta dizer que vão gastar no Eixo Barroco e em mais algumas obras dezassete milhões e quinhentos mil euros, que vale a pena porque desse montante se recebem catorze milhões e tal e que, para o Município de Lamego, fica apenas o encargo de cerca de dois milhões e tal de euros. São mais dois milhões a somar ao montante que o Município vai ter de pagar, o que vai entroncar na questão do saneamento financeiro. O grupo Municipal do Partido Socialista não vê aqui qualquer plano e essa é uma questão que coloca, o que vai ser o saneamento financeiro? O que vê é trocar empréstimos por empréstimos. Outra pergunta ao senhor Presidente da Câmara é saber se já houve nos últimos meses alguma renegociação com a Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente se houve redefinição de prazos de pagamento? Reafirmou que não vê aqui nada que lhe diga como é que o Município vai pagar o que deve.

Recordou que em setembro, no mapa de dívidas a fornecedores, o senhor Presidente da Câmara afirmou, como bandeira, que a dívida a fornecedores tinha descido para menos de dois dígitos, três meses depois, tal como o grupo Municipal do Partido Socialista previa, as dívidas a fornecedores, somam, no mapa, dezassete milhões e quinhentos mil euros, que, somando aos dezoito milhões de euros a instituições financeiras, totalizam trinta e cinco milhões de euros, em número redondos.

Perguntou ainda como é que, com as receitas correntes e de capital, que se têm situado no montante dos vinte e dois milhões de euros, com tendência para baixar, como é que, com esses valores, pagando as despesas correntes, referindo-se às despesas do pessoal, expediente, funcionamento, sobrando depois aquele pequeno valor de despesa de capital, como que a Câmara pode continuar a fazer obra. Esta é a preocupação do grupo Municipal do Partido Socialista.

Gostaria ainda de ver outra questão esclarecida, disse que o documento está bem elaborado, mas tem falhas, que não jogam nem estão corretas, o Excel não estará a fazer bem as contas. Feitas as contas corretamente, elas não estão certas, apesar de serem diferenças pequenas. A fazer fé nos números e feitas as leituras, qualquer que seja o sentido, na transversal ou na horizontal, elas devem bater. A título de exemplo, disse que as percentagens que constam no quadro treze e o valor das transferências correntes, confrontado com o quadro treze e com o quadro da folha dezasseis, existem números díspares, são centenas de milhares de euros. Considerando os milhões são números pequenos, mas há divergências.

Dada a palavra ao senhor **João Paulo Batalha Machado** disse que subscreve inteiramente aquilo que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura aqui disse acerca do orçamento, comunga da intervenção dele, tudo o que ele disse corresponde ao seu pensar. No entanto, referiu-se a um outro aspeto, quando se percorre o balancete, não dá para ver, de forma significativa, quais são as despesas de investimento. Afirmou que hoje, em Portugal, mesmo no governo da República, da mesma cor partidária

desta Câmara, há uma preocupação excessiva em cortar na despesa, cortando nos benefícios sociais, violando o que a Constituição diz no que respeita ao estado Social. Neste orçamento o que vê é um corte nas despesas, sem uma contrapartida de aumento das receitas, receitas que poderiam ser para investimento, para criar postos de trabalho, fixar as populações no Município. Disse que não tem o prazer de ver esta questão plasmada no orçamento, pois, se assim fosse, o grupo Municipal do Partido Socialista teria o prazer de o votar favoravelmente. Lamego é mais um Município deste país adiado, que vai entrar em recessão dada a falta de investimento privado, não há um empurrão do investimento público, por conseguinte, há desinvestimento, há desemprego, há recessão.

Interveio o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** para dizer ao senhor Presidente da Assembleia que espera que o futuro seja risonho para toda a mesa eleita da Assembleia. De seguida disse que, ao ouvir o Partido Socialista, até parece que num passado não muito distante, não foi o grande responsável pela gestão deste Município. Ao contrário do que ouviu, a despesa então era muita e o progresso era nulo, ou seja, Lamego viveu durante vários mandatos de gestão socialista, em que não cresceu, prescindindo de projetos apoiados por fundos comunitários, o que constituiu um grave prejuízo para este Concelho. Ao mesmo tempo os concelhos limítrofes e vizinhos cresceram à custa destes financiamentos comunitários, ao passo que o de Lamego continuou estagnado. Isto foi totalmente alterado na gestão do Engenheiro Francisco Lopes, que soube, inteligentemente, aproveitar ao máximo os fundos comunitários. Este orçamento que hoje se está a discutir, é mais um exemplo concreto do aproveitamento inteligente desses mesmos fundos comunitários.

Disse que estes fundos irão acabar em 2013, seria lesivo e extremamente danoso para o Concelho de Lamego, que não se aproveitasse um projeto com investimento de cerca de dez milhões de euros, quando o encargo para a Câmara se situa num milhão e quinhentos mil euros. Nenhum município, no seu bom senso, iria desperdiçar esta oportunidade. Discutir que o Município de Lamego se vai endividar num milhão e tal de euros, é insignificante para o projeto da envergadura do Eixo Barroco.

Afirmou ainda que só as câmaras socialistas que tivemos não foram capazes de recuperar o Teatro Ribeiro Conceição, lembrando a situação de incúria em que se assistiu à degradação, durante mais de vinte anos, desta joia da coroa a nível cultural do Concelho de Lamego, que foi desaproveitado. Não souberam aproveitar atempadamente os fundos comunitários para recuperar aquele edifício e, com a gestão inteligente do Engenheiro Francisco Lopes, existe hoje, na sala de visitas da cidade de Lamego, em termos culturais, um belo exemplo da sua ação.

Por fim, apelou a todos os membros da Assembleia para terem consciência destes números, que não se deixem amedrontar pelos “Velhos do Restelo” que, num passado não muito distante, tanto prejudicaram esta cidade e Concelho.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para dizer que ao ouvir o senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa até pensou que estava numa outra Assembleia de outro qualquer município. Diz-se que se está a discutir um documento importante de planeamento. Sabendo os membros da Assembleia Municipal que este documento, no final, será completamente alterado, vejam-se as alterações que ocorrem durante o ano, para perceber que isto, não passa duma mera intenção de procedimentos. Não concorda com esta estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Lamego, porque quem lê o documento percebe que a intenção clara do executivo é afunilar, ou pelo menos, ajudar a desertificar todo o meio rural, querendo concentrar na cidade tudo o que são investimentos. Isto não é desenvolvimento sustentado. Se se comparar Lamego, e o senhor Presidente da Câmara não gosta muito, com concelhos da mesma índole, como os concelhos de Tondela, Viseu e outros, em que a perspetiva de desenvolvimento foi uma perspetiva alargada e sustentada, onde a coesão territorial concelhia esteve sempre presente, verifica-se que as sedes destes concelhos se desenvolveram, mas os meios rurais e as freguesias rurais acompanharam esse desenvolvimento. O que se vê no Concelho de Lamego, salvo raríssimas exceções, como as freguesias que foram contempladas por uma carta educativa perfeitamente desajustada - Ferreirim e Penude - mais nenhuma freguesia teve índice de desenvolvimento capaz de orgulhar este Concelho. Dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que tem aqui na Assembleia os votos necessários para aprovar os referidos documentos. O senhor Presidente da Câmara sabe gerir muito bem esta maioria, reafirmando que não tem dúvidas que, não fossem as questões de solidariedade ou alguma obrigação de apoiar o executivo, muitas dos presentes não concordariam com essa visão das coisas. Está aqui na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, não pode concordar com estes documentos e não os votará favoravelmente, como não votou no passado. Se estivesse próximo das eleições autárquicas classificaria estes documentos como eleitoralistas. Disse que, dado que o senhor Presidente da Câmara assumiu a sua candidatura para um novo mandato, é o início dessa caminhada, que é concertar a questão do desenvolvimento, para tirar daí algum aproveitamento político eleitoral. Nenhum Presidente de Junta, a não ser os que referenciou, tem de concordar com este orçamento. As Juntas de Freguesia perderão financiamento e investimento, e não terão mais nenhum investimento, a não ser o que os Presidentes de Juntas vão conseguindo fazer com o pouco dinheiro que recebem diretamente do FEF ou do que a Câmara transfira, resultante das competências decorrentes dos protocolos. Já teve oportunidade de dizer ao senhor Presidente da Câmara que prescinde de qualquer transferência da Câmara para a Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, nomeadamente na vertente da limpeza de caminhos, porque continua a entender que um euro nas freguesias, vale mais de cinco euros na Câmara.

Vale a pena, em vez de retirar dinheiro às freguesias, dar-lhes mais competências e mais dinheiro, porque resulta em obra feita. Como exemplo, disse que ainda há pouco tempo trouxe à Câmara um assunto da sua freguesia, um pequeno melhoramento em Rio D'Asnos, que com poucas dezenas de euros a Junta de Freguesia resolveria. Mas a Câmara quis assumir a responsabilidade de o executar. Era importante que o senhor Presidente da Câmara dissesse aqui, hoje ou na próxima Assembleia, quanto custou esse investimento, que o responsável do pelouro quis realizar com o seu pessoal, não transferindo essa responsabilidade para a Junta de Freguesia.

Concluiu dizendo que este não é um orçamento que sirva os interesses do Concelho de Lamego na sua globalidade, é um orçamento muito pobre que a única coisa que faz é pegar em obras co-financiadas e tentar pô-las em execução. Não encontra neste documento, em que a despesa se mantém ou reduz muito pouco, em que a receita está demasiadamente empolada com o recurso a engenharias financeiras já aqui referidas, crendo que a única forma de resolver o problema da sustentabilidade do Município, não é localizar investimentos todos na cidade, mas alargá-los às freguesias, como Penajóia e Cambres, para que tivessem o desenvolvimento que merecem.

Tomou a palavra o senhor **Constantino José Costa Vaz** que contestou a intervenção do senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, quando diz que dirigir um município é muito mais que pedir empréstimos. Pois ele acha que o Município deve pedir empréstimos para fazer obra, não deve pedir empréstimos para despesismo. Não se pode voltar aos tempos anteriores, quando se contraíam empréstimos para despesismos e obras que não se viam. Quanto ao orçamento ser irrealista, afirmou que ainda está para nascer um que seja realista, todos os orçamentos são irrealistas, porque se parte do escuro em muitas questões.

Na questão do Eixo Barroco, que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura referiu ser apenas uma questão de “lavar a cara”, também há alguns anos aconteceu o mesmo aqui ao lado, na Alameda, que lhe parece que foi a única obra que foi participada com fundos comunitários durante a gestão do Partido Socialista; não viu mais nenhuma, ou poucas mais se viram em vinte anos. Foram muitos os milhões de euros de fundos comunitários que se perderam, foram muitas as obras que deveriam ser feitas naquela altura e não o foram, pois os fundos comunitários já não existem para essas obras. No caso do Eixo Barroco é uma obra necessária, revitalizadora para aquela zona da cidade de Lamego. Afirmou o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura que se perdeu dinâmica na cidade, dinâmica empresarial, pois ele acha que essa dinâmica tinha que se perder, porque não se apanhou na altura certa, na altura de fazer as infra-estruturas para que ela acontecesse, mas não foram feitas em Lamego, está a ser recuperada agora na gestão do senhor Engenheiro Francisco Lopes. Antes essa dinâmica foi feita por privados, nomeadamente pelos construtores civis.

Reafirmou que houve um desaproveitamento, durante dezenas de anos, dos fundos comunitários, que na altura eram muitos e variados, e não houve desenvolvimento.

Quando se fala em Tondela e outros municípios, que conhece muito bem, as dinâmicas são completamente diferentes, não se podem comparar com Lamego. Aqueles municípios tinham meios, tinham um setor primário e um setor secundário bem definidos, bem implementados há muito tempo, que deixaram mais-valias, que ainda hoje perduram. Afirmou que o concelho de Lamego não teve, nem tem, nada disso, pois nunca se fizeram essas mais-valias. Lamego tem um setor primário e tem um setor secundário em decadência. Não se pode comparar Lamego a Tondela, porque não tem comparação possível. Também por esta razão, os tais fundos comunitários, quando existiam em abundancia, não foram utilizados; agora não os há ou são escassos. Afirmou que esta Câmara, nos últimos anos, tem aproveitado aquilo que consegue aproveitar, com muito sacrifício financeiro. Frisou que o endividamento que aumentou nos últimos anos é um endividamento de investimento, é um endividamento de não consumismo, ao contrário do que acontecia anteriormente, em que a preocupação maior era o endividamento para o consumismo. Não é demagogia, mas é verdade que o Concelho de Lamego parou no tempo, o que agora está a ser invertido pelo Engenheiro Francisco Lopes. Agora esta Câmara está a tentar recuperar, mais difícil, porque se está a atravessar uma grave crise económico-financeira no País e na Europa.

No que concerne à questão rural, referida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, disse que Lamego não se pode comparar a Tondela. Olha-se para o setor primário de Lamego, aquilo que era há trinta anos e o que é hoje no Concelho de Lamego. Disse que Tondela não tem esse problema, como São Pedro do Sul e Viseu não têm esse problema, todos os concelhos aqui em volta, não têm esse problema. Há que ser honesto com nós próprios. Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões foi um homem que teve competências nesse domínio, teve responsabilidades nesta Câmara, também, por isso, não está livre do que se passou anteriormente, foi um dos responsáveis por, naqueles vinte anos, as coisas não terem andado um pouco melhor, por não defender mais os interesses de Lamego, sobretudo em investimentos públicos, que eram participados e que foram irremediavelmente perdidos, prejudicando os interesses de Lamego e das suas freguesias, que perderam muito com a política do deixa andar e não tomar decisões.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para afirmar que, como muito bem disse o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, existem aqui posições que são inconciliáveis. O Partido Socialista diz que o executivo apresenta todos os anos um Mega Orçamento, irrealista, com receitas fantasmas, com uma percentagem baixa de execução. A verdade é que as execuções orçamentais, quer do executivo anterior, quer do atual, foram as maiores de sempre no concelho de Lamego. Ou seja, foram os executivos da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que mais investiram no Concelho, que conseguiram mais receitas, nomeadamente de receitas com fundos comunitários; portanto, mais do que a execução em termos percentuais, interessa a

execução em termos absolutos, em termos reais daquilo que o executivo conseguiu obter como contributos para o desenvolvimento do Concelho em equipamentos, infra-estruturas que ficam ao serviço dos lamecenses e das instituições e empresas locais. Por falar em contributos tem pena que, porque não foi a primeira vez que o executivo pediu contributos, durante vários anos e nomeadamente no início do primeiro mandato, quando o senhor Professor José António de Almeida Santos exerceu funções de vereador, esses contributos sempre foram pedidos ao abrigo do Estatuto de Oposição; durante estes anos nunca houve contributos porque o Partido Socialista não teve ideias, não terá projetos, não haverá necessidades, se calhar estão mais satisfeitos com o orçamento que esta Coligação “Todos Juntos Por Lamego” apresenta, do que aquilo que fazem transparecer.

Afirmou que não houve renegociação com a Caixa Geral de Depósitos; o saneamento financeiro será proposto a esta Assembleia logo que o executivo tenha na sua posse as propostas das entidades bancárias, que não tem sido fácil obter. Os bancos alegam que não têm dinheiro para emprestar, porque grande parte dos seus problemas de descapitalização decorrem dos empréstimos ao Estado, ao setor empresarial do Estado e ao setor do Poder Local, pelo que se têm furtado a apresentar propostas para o saneamento financeiro. Quando o executivo tiver esse empréstimo apresentará o plano de saneamento financeiro e o respetivo empréstimo, nas condições que a Lei prevê, e que serão do conhecimento desta Assembleia.

No que concerne aos quadros que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura referiu, confrontando os números dos quadros das páginas treze e dezasseis, vê exatamente o mesmo valor, oito milhões cento e noventa e dois mil e trezentos e sete euros, perguntando-lhe, se não era este o montante. O que conta é a realidade, este é um corte efetivo que se cifra em um milhão quatrocentos e três mil e quinhentos e cinco euros, esse é o valor real; provavelmente ao somar as percentagens, se se fizer uma percentagem do valor de um milhão, quatrocentos e três mil euros, sobre o valor das transferências em 2010, admite que dará uma percentagem ligeiramente inferior.

No que respeita à pergunta “quando se parará de fazer obras?”. Só parará de fazer obras quando acabarem os fundos comunitários, aí o executivo deixará, forçosamente de as fazer, porque não terá condições para as financiar.

Quanto ao comentário que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura fez, que a obra da regeneração urbana não vai beneficiar a economia local, não vai criar emprego, não vai criar riqueza, tem duas respostas, uma de caráter geral, dizendo que este foi um projeto lançado em todo o país por todas as comissões administrativas do QREN, projetos de regeneração urbana a que concorreram, em especial, todos os concelhos no norte do país. Há mais de uma centena de intervenções desta natureza aprovados em mais de oitenta municípios, ou seja, a regeneração urbana serve para o país inteiro, serve para todas as cidades do norte do país, e não servia para Lamego. O que para os outros municípios é um investimento relevante, para Lamego é um

desperdício, é deitar dinheiro fora. A outra componente da resposta, em que a regeneração urbana serve para o investimento, perguntou ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, se achava que o Bairro do Castelo é visitável, perguntando-lhe se conhece, por exemplo Óbidos, se conhecia Óbidos há vinte anos atrás, perguntou-lhe se é capaz de ver como evoluiu Óbidos e como não evoluiu Lamego, perguntou-lhe se conhece o projeto, feito por um arquiteto notável, para o Bairro do Castelo há cerca de vinte anos e nunca foi executado. O Castelo de Lamego poderá ser um orgulho para a cidade, para o mostrar a quem nos visita. Respondendo ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, disse-lhe que o Castelo de Lamego não é hoje agradável para os visitantes. Não é o Castelo, não é a Rua da Olaria, não são as avenidas, não é o Largo da Feira. O parque da cidade, não sabe porque lhe chamam assim, pois, para ele, não passa de um terreiro onde se fazia uma feira semanal e onde se estacionam carros todos os dias da semana. Afirmou que se deve, duma vez por todas, desmistificar aquilo que é o património, a história, as tradições, as festividades de Lamego e a outra que é o estado deplorável a que a gestão socialista votou esta cidade que, por isso, não tem hoje atividade económica capaz. Enquanto outras cidades, mormente as capitais de distrito, que estão a norte e a sul, conseguiram regenerar e crescer, mais ou menos harmoniosamente, conseguiram captar investimentos, atrair indústria e ter ensino superior, ao contrário, Lamego nunca conseguiu trazer nada. Não o conseguiu fazer, sendo esta uma resposta também para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, numa altura que, para resolver um problema num caminho de Ferreiros de Avões, saneamento na freguesia da Penajóia, era fazer um projeto, pegar nele, atravessar a rua, entregá-lo no GAT. Porque os projetos com fundos comunitários do quadro comunitário, que na altura eram três, eram aprovados numa unidade de gestão, onde se sentavam os Presidentes de Câmara, estando as candidaturas permanentemente abertas. Era só fazer os projetos e candidatá-los, ter as candidaturas aprovadas e executá-los. Só que isto nunca foi feito na Câmara neste Concelho, por sucessivas gestões do Partido Socialista. Afirmou que gostaria de ter sido Presidente de Câmara de Lamego desde o ano de 1991, não teria investido sessenta milhões de euros, antes teria investido cem ou duzentos milhões de euros. Lamego seria uma cidade profundamente diferente, muito mais desenvolvida e atrativa.

Referindo-se a uma questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, que refere o exemplo de Tondela, disse-lhe para olhar para a demografia desse concelho e que a compare com a nossa. Referiu que há dez anos Tondela estava com trinta mil habitantes, quanto é que tem hoje. Olhe para a sede do concelho, a sede do Concelho de Tondela não se compara com a sede do Concelho de Lamego. Tondela tem outros polos importantes, tem vilas, como Caramulo, Campo de Besteiros. Olhe para a componente industrial, como o senhor Constantino José da Costa Vaz, aqui referiu. Tondela tem uma empresa que, só ela, paga de derrama,

cerca de dois milhões de euros, para uma Câmara como Tondela é muito dinheiro.

São situações completamente diferentes. Perguntou, de seguida, porque é que as empresas se fixaram em Tondela, em Viseu, em Mangualde, nunca se fixaram em Lamego. O que foi feito para que Lamego pudesse ter indústria e empresas.

Desafiou-o a recuar seis anos, descer da Rotunda da A24, até à Rua Cardoso Avelino ou subir Cambres até ao Relógio do Sol, ou descer Penude até à cidade ou até à Adegas Cooperativas de Lamego, e pensar no que se tinha de infra-estruturas urbanas de acesso à cidade, já para não falar da Zona Industrial, já para não falar num conjunto de investimentos ao nível da regeneração urbana e dos principais equipamentos públicos, que outras cidades criaram há muitos anos e que Lamego ainda não tinha. Objetivamente, algumas vantagens são precisamente o facto de se continuar a ter história e um património impar, que é de aproveitar.

Reafirmou que ninguém visita cidades abandonadas e desatualizadas. Lamego tem que se atualizar, porque se todos os concelhos do país o estão a fazer, não vai ser este executivo que vai deixar Lamego para trás, e aproveitará todos os fundos comunitários e, com recursos próprios do Município, vão-se fazendo investimentos.

Há problemas graves ainda para resolver no Concelho de Lamego, a freguesia de Penajóia não tem saneamento, onde são precisos três a quatro milhões de euros para o fazer. Os últimos saneamentos foram feitos pelo anterior e atual executivos, como foram os casos de Quintela, Chãos – Cambres, Juvandes e Póvoa, que foram feitos sem fundos comunitários, onde se gastaram quase oitocentos mil euros. Gastou-se metade no saneamento para meia dúzia de pessoas, passe a expressão pelo respeito que essas gentes lhe merecem, comparando com aquilo que se vai gastar na sala de visitas da cidade de Lamego, onde anualmente circulam centenas de milhares de pessoas que visitam a cidade. Perguntou se será este um investimento desnecessário. Se os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista estão satisfeitos com o estado em que se encontra a cidade, ele, o executivo e a coligação “Todos Juntos Por Lamego” ainda não estão; continuaremos a fazer os investimentos que sejam necessários, que sejam passíveis de financiamento com fundos comunitários.

Quanto à afirmação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, quando diz que se investe mais na cidade do que nas freguesias, depois contradiz-se quando critica a opção da construção dos Centros Escolares em Ferreirim e Penude. Respondeu-lhe dizendo que os Centros Escolares não são de Ferreirim, nem de Penude, eles são de Lamego, dum conjunto de freguesias servidas por aquele equipamento. Para que não haja dúvidas sobre isso até a sua gestão é assegurada pelas Associações de Freguesias, criadas para esse efeito. A sua localização não podia ficar no “Ar”, tinha que ficar sempre num local físico determinado, que fazia parte duma determinada freguesia. O resto, o serviço que prestam e a forma como são geridos, são de natureza claramente “supra-freguesia”. Não está arrependido de ter tomado a opção de construir os dois equipamentos fora da cidade. Hoje seria muito

mais fácil, mais barato e melhor aceite se tivessem sido construídos dois centros escolares na cidade, deslocando-se todas as crianças para a cidade, que é exatamente o contrário do que o senhor Presidente da Junta de Freguesia Ferreiros de Avões está a defender, que é dizer às freguesias e aos seus habitantes, que não têm condições de se fixarem lá, de trabalharem lá, nem lá viverem. Este executivo fez a opção contrária. Referiu-se ainda a outra contradição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões quando diz que prescinde da delegação de competências, ou seja, dum conjunto de competências que a Câmara atribui à sua freguesia, transferindo as verbas correspondentes. O senhor Presidente da Junta de Freguesia não as quer, mas depois reivindica mais competências para as freguesias. Perguntou como pode reivindicar mais competências para as freguesias se já não consegue desempenhar as que a Câmara há anos lhe atribui. Mais competências significam freguesias maiores, com maior organização, com maior capacidade, mais meios e mais recursos humanos. Aqui sim poderão ter mais competências a transferir da Câmara, disse para que os Presidentes falem e se entendam sobre isso.

Quanto à obra de Rio D'Anos, afirmou que não tem informação, mas vai averiguar a informação prestada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia.

No que concerne à questão colocada pelo senhor João Paulo Batalha Machado, afirmou que ela é contraditória com o que referiu o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, quando diz que não há investimento privado, não há investimento público, não se vêem receitas de investimentos. Pelo contrário, este executivo tem investido muito significativamente no Concelho de Lamego, especialmente na cidade, pois as cidades serão as fábricas do século XXI, será nas cidades que se vive, que se trabalha, sendo que isto não significa que se vá abandonar o território rural e setor primário, que se vão esquecer as tradições, que se vai abandonar o património rural, muito pelo contrário, vai-se continuar a investir no seu aproveitamento e na sua manutenção, mas sem esquecer que o essencial das dinâmicas e das vivências estarão nas cidades, até porque é a opção dos fundos comunitários.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** de Avões para dizer ao senhor Constantino José da Costa Vaz que o queria felicitar por voltar a esta Assembleia, tem saudades do tempo em que havia o debate e o confronto político, parecendo-lhe que o senhor Presidente da Assembleia inaugura hoje um novo modelo de debate. Acha que é nesta dialética que se podem dar contributos positivos. Esteve aqui no passado, como ele também esteve, ambos têm as suas responsabilidades, mas quem “guia o automóvel, quem vai ao volante” é que o grande responsável por fazê-lo circular. Quem está na oposição bem pode “berrar”, bem pode dizer que a oposição diz, a situação desdiz ou não quer fazer.

Está naturalmente de acordo, esperando que o senhor Constantino José da Costa Vaz venha aqui dar o seu contributo, que ele acha ter todas as possibilidades, pois, como ele, conhece bem Tondela. Só se referiu a Tondela porque o senhor Presidente da

Câmara gosta de se comparar com municípios da mesma dimensão. Portanto, entende que Tondela pode ser um exemplo de desenvolvimento sustentado de coesão territorial, e que gostaria que o Concelho de Lamego seguisse esse caminho.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse-lhe que está de acordo que o executivo invista, gaste e utilize os fundos comunitários; concorda que, no passado, e neste aspeto, Lamego ficou aquém daquilo seria desejável. Concorda com a dinâmica e com o ritmo que foi imprimido no passado recente. Mas alertou que não se pode fazer tudo duma vez. O atual Presidente da Câmara já está cá há seis anos, e ele não se preocupava com o endividamento, se não fossem os lamecenses a pagá-lo.

Aquilo que o preocupa é que a Câmara teve, até hoje, e continua a ter, capacidade de endividamento, mas não tem capacidade de pagamento. O que o preocupa é que na próxima ou próximas Assembleias, o senhor Presidente da Câmara venha aqui propor alguns aumentos de impostos para que o executivo possa cumprir com as responsabilidades, ao ritmo que quis imprimir. Basta dizer que, neste momento, as finanças estão a reavaliar todos os imóveis rústicos e urbanos, vai-se pagar, no mínimo três ou quatro vezes mais de IMI no próximo ano, é isto que o preocupa. Afirmou que a acrescentar à crise já temos mais os impostos que se têm de pagar para estas questões, que acha de prioridade duvidosa. Concorda que o Castelo deve receber melhorias, mas já não concorda com as obras das avenidas Visconde Gudes Teixeira, nos termos que o senhor Presidente da Câmara propõe. Já o disse aqui, aquela obra não passa de tirar paralelo, pôr paralelo, por bancos, tirar bancos, pôr árvores, tirar árvores e criar a maior rotunda da Europa. Hoje aquelas Avenidas, têm a vida que têm pelo estacionamento fácil, onde as pessoas chegam, tiram os filhos dos carros, vão tomar café ao lado, e tudo é muito fácil. Quando as obras ficarem concluídas e o estacionamento acabar, as pessoas acabam por abandonar aquele espaço, o ex-libris da cidade de Lamego. Quer dizer com isto que as coisas têm que ter naturalmente o seu tempo. Num tempo de crise, não se pode à custa de receber 85 a 95% de fundos comunitários, investir os 10% que é preciso ter, que custam mais endividamento ao Concelho, que já não consegue pagar o que deve. Esta é a sua preocupação para os cidadãos em geral. Mas está de acordo que o executivo faça e fique na história pela positiva, também os lamecenses ficam, não está aqui ninguém contra o ritmo de obra que o senhor Presidente da Câmara quer imprimir. Quer que o senhor Presidente da Câmara tenha a noção de que quem vai pagar, somos todos nós, e, neste momento, já não se sabe se podemos pagar. Já estamos no limite.

Quanto ao não querer competências para a sua freguesia, não disse isso; o que disse, é que, relativamente à transferência de verbas para limpeza de caminhos não as quer, porque o que a Câmara transfere não chega para o que é preciso. Por isso disse ao senhor Presidente da Câmara que comparasse com o que o executivo gastou para fazer uma mera intervenção. As freguesias precisam de mais transferências, mais capital, para poderem realizar aquilo onde a Câmara gasta, quase cinco vezes mais.

Já que não pode haver mais investimentos nos meios rurais, pensa que deve haver mais transferências de verbas e mais competências, que é mais importante que agregar freguesias para que possam fazer aquilo que deve ser feito.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para dizer ao senhor Constantino José da Costa Vaz que o Partido Socialista foi sancionado pelos lamecenses, não em outubro deste ano, mas há seis anos. O Município de Lamego tem como maquinista o senhor Engenheiro Francisco Lopes, há seis anos.

Da sua intervenção ressaltou que a cidade parou no tempo, não percebeu a sua intervenção, já houve tempo, desde há seis anos, para que Lamego retomasse alguma atividade económica de iniciativa empresarial. Reafirma que a cidade parou no tempo e o grupo Municipal do Partido Socialista apercebe-se que os comerciantes definham.

Das obras feitas pelo Partido Socialista já se fez um inventário inúmeras vezes, tem limitação de tempo e não tem liberdade para responder a todas as questões que foram suscitadas. O que aqui se coloca, a resposta é a mesma para a parte da intervenção do senhor Presidente da Câmara e do senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa, é a questão de se continuar, seis anos depois, a deitar culpas ao marasmo e ao imobilismo do Partido Socialista; já foi “chão que deu uvas”. O executivo tem que responder pela dinâmica que imprimiu nos últimos seis anos.

Reforçou que o senhor Presidente da Câmara em seis anos já poderia ter transformado o Castelo de Lamego, naquilo que, à sua escala, o Castelo de Óbidos representa. O problema é o da estratégia de desenvolvimento, como disse e muito bem o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, é preciso saber o que se quer fazer. Afirmou que a primeira obra do regime foram as piscinas cobertas, a segunda obra do regime foi o Pavilhão Multiusos, interrogou-se, se são estas obras que criam riqueza aos empresários locais. São estas obras que ajudam os empresários e a atividade económica? Estas foram opções da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, é sobre elas que vão ter que responder. Disse que há muitas obras, mas não se deve esquecer que há trinta e cinco milhões de euros, números redondos, de dívidas; é óbvio que este dinheiro não saiu pela janela fora, não foi todo esbanjado, mas, sem dúvida, grande parte foi. Basta olhar para o lado e ver quais as obras que estão feitas. A agravar este facto, é o custo de manutenção que elas acarretam para o futuro, quanto é que custa a manutenção das piscinas, quanto custa a manutenção do Pavilhão Multiusos. Pergunta, de novo, se essas obras geram riqueza suficiente para se auto-sustentarem, se dão algum contributo para o desenvolvimento sustentado. Refere-se ao Teatro Ribeiro Conceição, uma obra reivindicada por todos, que esta coligação executou. Mas faltam obras estruturantes para Lamego, continua-se com a questão das acessibilidades, a fazer aos bocadinhos, tal como o fez o Partido Socialista, cem, duzentos metros de cada vez. Perguntou onde é que está o projeto para as acessibilidades do concelho, onde é que está a verdadeira aposta do ensino superior as questões que coloca são estas. O grupo

Municipal do Partido Socialista pretende o desenvolvimento quando diz, “quando param de fazer obra?” não é para se fazer a leitura literal. Pretende-se que o executivo continue a fazê-la; não se pretende obra de bandeira, que poderá deixar marca, mas deixa a pobreza do Município.

Nos últimos seis anos, quer o poder local, quer o poder central, não se pode esquecer a obra feita pelo poder central, não se pode partidizar, pois pela mão do Partido Socialista muita obra do poder central foi aqui iniciada, tal como os Centros Escolares, pois todos sabem qual é a obra da Administração Central e qual é a obra da Administração Local, quais são os contributos duma e doutra. Por uma razão ou por outra, nos últimos seis anos foram feitos em Lamego os investimentos mais avultados, provavelmente, em todo o século. Mas isto não se traduziu, de modo algum, em qualquer revitalização da vida económica do Concelho de Lamego.

Entende as contrariedades da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, mas tem grandes dificuldades em percebê-las perante esta situação, a obra está aí e o Município de Lamego não se desenvolve, não arranca, parou no tempo, como dizia o senhor Constantino José da Costa Vaz e bem, Lamego continua parado no tempo.

Quanto ao tão falado aproveitamento dos fundos comunitários, também são por si eloquentes. Afirmou que em 2006, de uma previsão de nove milhões de euros orçamentados, foram executados 1,5%, um milhão e quarenta e três mil euros; em 2007 de uma previsão de nove milhões de euros, foram executados dois milhões e noventa e dois mil euros; em 2008 de uma previsão de treze milhões de euros, foram executados quatro milhões de euros; em 2009 de uma previsão de dezanove milhões e quarenta e cinco mil euros, foram executados cinco milhões, cento e vinte mil euros. Não precisa de dizer mais nada, o senhor Presidente da Câmara conhece os números, constam da declaração de voto do Vereador do Partido Socialista Agostinho Ribeiro.

Reafirmou que, em matéria de execução, está-se perante uma falácia, foram-se buscar todos os fundos comunitários, mas, em termos percentuais, os resultados são não dirá mínimos, mas sofríveis. Em 2010 foram candidatados dezoito milhões de euros, executados dois milhões e quinhentos mil euros; em 2011 foram candidatados quinze milhões de euros, números redondos, foram executados cinco milhões de euros, aqui um número mais significativo e mais aceitável. Isto de andar a dizer que se aproveitaram todos os fundos comunitários é um argumento falso. Quanto a estes são várias as opções, o senhor Presidente da Câmara, já aqui referiu o argumento porque foi para esta regeneração urbana, porque as outras cidades também o fizeram. Os senhores Presidentes de Câmaras muitas vezes fazem opções erradas e fazem-nas, porque o município ao lado tem uma determinada infra-estrutura; se o município ao lado tem um pavilhão multiusos, tem uma piscina, nós, o Município de Lamego, também tem de ter. O grupo Municipal do Partido Socialista sempre pretendeu, sempre propôs, sempre reivindicou, portanto, não é legítimo que se diga que o Partido Socialista não fez e não faz propostas e não defende o interesse do Município de

Lamego; faz é uma aposta em obras estruturantes que sejam capazes de revitalizar a vida económica da cidade. Gostaria de ver no Castelo de Lamego uma pequena Óbidos, se o senhor Presidente da Câmara conseguir fazer essa transformação, não em 2012, mas em 2013, quando da conta de gerência de 2012, cá estará para lhe dar os parabéns congratulando-se com a sua ação.

Tomou a palavra o senhor **Orlando Vítor Fernandes Nunes** para cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, recentemente eleita de forma expressiva e inequívoca. Afirmando que começaria por registar aqui e agora, que ficarão certamente em ata as enormes contradições, diria mesmo o total desnorte que aqui constatou na oposição socialista lamecense. Contradições e desnorte esses que julga resultarem do que aqui acabou de ser dito, quer pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, quer pelo senhor João Paulo Batalha Machado e aquilo que foi dito na declaração de voto proferida pelo senhor Vereador Agostinho Ribeiro, quando da apreciação destes documentos, em sede de reunião de Câmara, agora submetidos a apreciação e discussão neste órgão. Deu dois exemplos muito concretos, o primeiro diz respeito ao saneamento financeiro do Município de Lamego, o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura disse aqui, que na ótica dele, o saneamento financeiro está aqui referido no orçamento para 2012, mas de uma forma muito sucinta, muito breve e que devia constar mais esclarecimentos, com uma explicação mais detalhada. Disse, para que os membros da Assembleia verificassem o que foi referido no ponto número sete da declaração de voto do senhor Vereador Agostinho Ribeiro, em que diz e passou a citar:” Quanto ao capítulo sobre a consolidação de passivos devemos dizer, apenas, que o mesmo nem deveria, em boa verdade, estar presente neste Plano. O saneamento financeiro do município deve ser objeto de uma proposta específica, como há muito temos vindo a reclamar, e não se compadece legalmente com a sua inclusão em Plano anual”. Mas o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, enquanto líder do grupo Municipal do Partido Socialista diz, que no seu entender, o saneamento financeiro devia constar no orçamento e grandes opções do plano, ou devia estar melhor esclarecido, melhor especificado, o contrário do que o senhor Vereador do Partido Socialista disse na referida declaração de voto. Outra contradição dentro do próprio grupo Municipal do Partido Socialista, entre o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura e o senhor João Paulo Batalha Machado. O senhor Ângelo Manuel Mendes Moura disse que, neste orçamento para 2012, o executivo municipal compromete-se a continuar a fazer investimentos com comparticipação comunitária que se vislumbra que venha a ser de 90%; lembra que, para obter os restantes 10% dos custos necessários, terá que recorrer a empréstimos financeiros; considera isto inaceitável, porque vai endividar mais o Município. O senhor João Paulo Batalha Machado, diz, pelo contrário, que considera nesta proposta de orçamento e grandes opções do plano, se corta demasiado na despesa, que não é compreensível que se corte demasiado na despesa. Cá está uma contradição em toda a linha da oposição socialista de Lamego,

quer entre o grupo Municipal do Partido Socialista e o seu único vereador no executivo, quer dentro do próprio grupo Municipal do Partido Socialista. Disse que os eleitores lamecenses que votaram no Partido Socialista devem estar desiludidos e frustrados, porque com tal desnorte, perdem não só os votantes no Partido Socialista, como a própria democracia em Lamego, com o Partido Socialista tão fragilizado.

Relativamente à proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2012, o grupo Municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, entende por relevante, tecer as seguintes considerações: Do ponto de vista técnico e formal trata-se de documentos que respeitam as regras e os princípios orçamentais estabelecidos pela legislação aplicável. Numa perspetiva política, tais documentos refletem a difícil conjuntura económica em que o país se encontra, não só, mas principalmente, fruto da irresponsável e ruínosa governação socialista dos últimos anos e implicou que, no orçamento de Estado para 2012, tivessem de ser introduzidas uma série de medidas de contenção orçamental, entre as quais se inclui um corte de 6% nas transferências do Estado para as autarquias locais, tornando ainda mais difícil a situação financeira dos municípios portugueses. Neste contexto de crise generalizada, registre-se o sentido de responsabilidade e rigor demonstrados pelo executivo na proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2012, ao contemplar um vasto leque de medidas de contenção orçamental destinados a reduzir as despesas correntes, contribuindo para conter o endividamento municipal e dar continuidade ao processo de consolidação das contas municipais. Todavia, e não obstante tratar-se de um orçamento forçosamente austero e de contenção, continua a evidenciar a imagem de marca que tem caracterizado os mandatos autárquicos da coligação PSD-CDS/PP. Continua a privilegiar o desenvolvimento infra-estrutural do Concelho e a garantir a prestação de serviços de qualidade aos lamecenses, aproveitando, para o efeito, a última fase de apoios comunitários previstos no QREN, cuja comparticipação para a execução das obras previstas ascenderá a 90% do investimento ilegível. Na verdade, a realização de tais obras estruturantes, com especial ênfase dos investimentos na área da reabilitação e regeneração urbana, permitirá não só recuperar e dignificar vários espaços que se encontram bastantes degradados, como também contribuirá para a dinamização da economia local e para a fixação da população, principalmente dos jovens. Assim o grupo Municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” irá voltar favoravelmente o orçamento e as grandes opções do plano para 2012.

Tomou a palavra o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** para reagir ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, quando enumerava as obras feitas pelo Partido Socialista; notou que teve alguma dificuldade em enumerá-las em quinze anos de gestão socialista na Câmara Municipal de Lamego. Pois as únicas obras que o Partido Socialista fez nesses anos foram o chamado Pavilhão da “esquina” e a requalificação da Alameda Isidoro Rodrigues, foram estas as grandes obras do regime do Partido Socialista. Questionou a Assembleia Municipal acerca da gestão do Engenheiro

Francisco Lopes durante os últimos anos. Afirmou que esta gestão foi referendada nas últimas eleições autárquicas com o maior vexame eleitoral do Partido Socialista, foi uma derrota estrondosa que dificilmente irá esquecer. Para além das obras do Teatro Ribeiro Conceição e do Pavilhão Multiusos, lembrando ainda, as requalificações das entradas da cidade de Lamego, antigamente autênticas sucateiras de ferros velhos, indignas para acesso a uma cidade como Lamego, com o património que Lamego tem. Hoje as entradas estão um luxo, como há muito o povo de Lamego não estava habituado e reconhece, fruto da gestão camarária do Engenheiro Francisco Lopes e da coligação “Todos Juntos Por Lamego”. Neste contexto, apelou ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura que dê a mão à palmatória, faça um ato de contrição, fazendo-lhe um apelo, para que nas próximas eleições autárquicas, pois sabe que o Partido Socialista irá ter dificuldades em escolher um candidato para concorrer com o Engenheiro Francisco Lopes, para que dê mão à palmatória, que desista duma candidatura e apoie esta coligação “Todos Juntos Por Lamego”.

Tomou a palavra o senhor **António Augusto Santos** para dizer que vem aqui, com muito gosto, dizer as verdades, só dizer a verdade, não gosta de contrariar ninguém, gosta realmente de apoiar quando a verdade é dita. Tem que estar ao lado do senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, porque, na verdade, o Governo do Partido Socialista, também fez obra no concelho de Lamego, não há duvida nenhuma. Mas pelo facto de ser um partido diferente do partido que está na Câmara, não quer dizer que não faça obra, é a obrigação de qualquer governo. Mas a grande obra que o governo do Partido Socialista fez foi um hospital, ou melhor um remendo de hospital, depois de o senhor Ministro da Saúde ter vindo aqui, por três vezes, mentir e enganar os lamecenses, e em vez de um hospital distrital deu a Lamego um hospital que não é nada, quando nem sequer tem camas para os doentes. Mais valia que não o tivesse feito, que fizesse, realmente o hospital que prometeu.

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** dizendo que, quando se fala em democracia, no verdadeiro sentido da palavra, há que saber ganhar e saber perder. O Partido Socialista perdeu as eleições e soube perdê-las, ao contrário do senhor Fernando Cardoso de Sousa, que não as soube ganhar, porque fez aqui um discurso de “revanche”, antidemocrático e intolerante, sem ter conta os direitos da oposição.

Relativamente ao que foi dito aqui, que há divergências no grupo Municipal do Partido Socialista, nem com o vereador do Partido Socialista. O que existe, porque não são acéfalos, são diferentes pontos de vista, mas não quer dizer que haja, que o povo lamecense que vota e quer votar no PS, tenha afinal três Partidos Socialistas para votar. Reafirmo que aqui disse que a Câmara corta na despesa, mas depois não utiliza a receita que obtém desse corte da despesa em investimento, seja nos postos de trabalho, seja em alimentar a economia. Foi isso que disse. Perguntou o que isto tem em contradição com o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura. Acha que neste

orçamento não vê investimento suficiente com que o Município de Lamego crie mais postos de trabalho ou que incentive o investimento privado. Se as pessoas não estiverem de má-fé, como está o grupo Municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, compreendem que entre a sua pessoa e o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, não há qualquer divergência.

Tomou a palavra o senhor **Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues** para começar por cumprimentar a nova mesa eleita, desejando-lhe as maiores venturas para o mandato. De seguida dirigiu-se ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, para esclarecer dois ou três pontos da sua are, quando falou no ensino superior da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, e por ela não estar com mais vivacidade. Lembrou que foi nos dois governos anteriores, quando o ministério da educação era tutelado pelo senhor Ministro Mariano Gago, que se definiram várias regras. Regras essas que tiveram uma similitude com aquilo que se passa no resto do mundo. Acontece que o Ministro, na altura, permitiu a abertura em cada esquina, de instituições superiores privadas. Com isto aconteceu aquilo que saiu num relatório na semana passada, sobre o índice de satisfação e de procura. Perguntou ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura se sabia o que aconteceu a Lamego nos cursos de Serviço Social, Contabilidade e Engenharia Informática e Gestão Informática, a procura a nível nacional foi zero e 0,29. Isto não teve a ver com o senhor Presidente da Câmara, nem agora, nem nos últimos quatro anos. Disse que esta foi uma política de há oito e doze anos atrás. Disse que infelizmente se vai verificar que pode eventualmente acontecer uma catástrofe no ensino superior. Neste momento está-se a fazer uma racionalização da oferta formativa do ensino público em todo o país; o privado não tem nada a ver com isto. Afirmou que o poder político já não tem a influência que tinha, porque os indicadores são claros, só deixa bem presente na memória desta Assembleia, que, hoje em dia, o que acontece na sociedade, no que respeita ao ensino superior, não depende, não tem a influência, nem a interferência do poder local.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Samodães** para dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que estamos aqui numa “guerra” de palavras entre a coligação “Todos Juntos Por Lamego” e o grupo Municipal do Partido Socialista, não se estando a discutir o orçamento e grandes opções do plano. Está-se a discutir o passado, a “lavar roupa suja”, já passou. Está-se aqui a aprovar um plano e um orçamento para o ano de 2012, são estes documentos que estão em causa. Este assunto deve ser tratado com seriedade, com rigor, para esta geração e para aquela que aí vem. Com estas guerras políticas não se vai a lado nenhum. Não interessa saber se foi o PS, se foi o PSD, o que passou, passou, se a Câmara deve, se o governo deve, se foi o PS que construiu o hospital, isto já não está em causa, o que está em causa, neste momento, é a aprovação e discussão do orçamento e grandes opções do plano para o ano de 2012. Haja debate sobre estes documentos, quem tiver dúvidas que as esclareça, que se pronuncie sobre elas.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que não obstante do apelo do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, não pode deixar de responder às questões colocadas pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, já parcialmente respondidas pelos senhores Fernando Manuel Cardoso de Sousa, António Augusto dos Santos e pelo senhor Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues. O senhor Ângelo Manuel Mendes Moura referiu as piscinas e o pavilhão Multiusos, referindo as piscinas como mau exemplo. Mal seria se Tarouca, Castro Daire, Resende, Armamar, Peso da Régua, Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, concelhos vizinhos, tivessem piscinas cobertas e Lamego não as tivesse. É um entendimento miserabilista do Concelho de Lamego, que ele não pode subscrever. Afirmou que está em total desacordo com o pensamento do senhor Ângelo Manuel Mendes Moura. Fez-se as piscinas cobertas bem depressa, recordou que a cidade do Peso da Régua inaugurou, na semana passada, as suas, Resende só ao fim de seis ou sete anos é que teve as piscinas cobertas a funcionar. O Município de Lamego fez as piscinas, porque o terceiro quadro de apoio estava a acabar, tinha que aproveitar os fundos comunitários que havia disponíveis naquele pacote. O senhor Ângelo Manuel Mendes Moura elencou a previsão de fundos comunitários previstos em cada orçamento, e os que, efetivamente, foram conseguidos para os seis anos do mandato deste e do anterior executivos; deveria tê-lo feito olhar para os oito anos de gestão socialista, para se poder comparar, que seria um exercício interessante.

Disse que tem pena, e já aqui foi dito, que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura não tenha referido o Teatro Ribeiro Conceição, a habitação social, a zona industrial de Várzea de Abrunhais, os Centros Escolares. Salientou que os Centros Escolares foram concebidos, feitos e pagos exclusivamente pelo Município de Lamego e por fundos comunitários. A participação da Administração Central foi zero. A única participação da administração central que os centros escolares tiveram são dois ou três milhões de euros relativos a instalações de AVAC, que obrigaram a fazer, e que é um desperdício para o país, é um roubo de centenas de milhões de euros o que em todo o país foi feito a Portugal. Foram regras, obviamente, para dar cobertura a gente que vende equipamentos caros, importados e que obrigatoriamente foram incorporados nos centros escolares, pagos com o nosso dinheiro.

Referiu ainda, os acessos à cidade, a requalificação da Av. 5 de Outubro, o Largo do Ribeiro, o Largo da Vitória junto à Sé, o Largo junto à Escola Preparatória de Lamego e de muitos outros espaços. Comentou o facto do senhor Ângelo Manuel Mendes Moura dizer que se está a fazer a Circular Externa à cidade de Lamego aos bocadinhos, cem metros de cada vez. Mas estão-se a gastar quase dois milhões de euros na CEL, não é um “troçozinho” de cem metros, são dois milhões de euros. Disse que os executivos socialistas nunca fizeram senão um projeto de CEL, para vender a ideia de que iriam fazer a CEL. Referiu, com tristeza, que o senhor Angelo Manuel

Mendes Moura não tenha referido aqui o Espaço Internet, a Loja Ponto Já, a remodelação da rede viária local.

Contrariando o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, disse que lhe deixava este desafio. Nos últimos quatros ele investiu nas freguesias extra-urbanas três milhões de euros em transferências e investimentos diretos. Pediu-lhe que indicasse um concelho onde as transferências e os investimentos diretos “per-capita” da Câmara para as freguesias sejam superiores àqueles que este executivo e o anterior fizeram no Município de Lamego.

Criticou o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura quando se refere ao ensino superior. Afirmou que o ensino superior é uma responsabilidade do governo e, se a Câmara tinha alguma facilidade em apoiar, foi no tempo em que se fez o Politécnico de Viseu, em que se fez a UTAD e o Instituto Politécnico de Bragança, em que houve apoio dos fundos comunitários e do Estado; perguntou porque Lamego nunca fez essa escola, e só agora, quando o Município está endividado, sem capacidade financeira para investir, é que o Partido Socialista vem reivindicar a este executivo uma nova escola do ensino superior? Sem ter competência para tal.

Disse que ninguém fez mais pelo ensino superior do que os executivos liderados pela Coligação “Todos Juntos Por Lamego”. Este executivo fez um projeto, disponibilizou quinhentos mil euros para o desenvolvimento desse projeto, o Instituto Politécnico não teve condições para o fazer, pois reformulou o projeto para uma operação mais modesta, que está convencido que, mais tarde ou mais cedo, poderá ser executado. Alugou as instalações que disponibilizou ao Instituto Politécnico, em frente à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, as antigas instalações da EDP, transformou a Escola Superior de Tecnologia e Gestão num dos principais parceiros desta Câmara, que está praticamente em todas as atividades da Câmara Municipal e outras instituições locais. Neste sentido, perguntou o que é que o Partido Socialista fez com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, politizou-a, sentou nesta Assembleia o seu Diretor e os seus principais responsáveis, foi o que fez. Aproveitou a referida escola para a politizar e para se promoverem politicamente à custa da Escola, em vez de lhe dar autonomia e a tratar como parceiro responsável, de a apoiar nos seus projetos e de lhe pedir colaboração sempre que necessário. Perguntou porque Lamego não tem um Pólis, pois tinha todas as condições para ter, foi desafiada a ter um Polis. Os Pólis foram candidaturas dirigidas inicialmente para as capitais de distrito e, numa segunda fase, para um conjunto de cidades consideradas de segunda. Acompanhou um desses, da segunda fase, está a referir o Pólis de Gondomar, que implicava com a área de intervenção que tinha sob a sua responsabilidade na altura, estando lá uma obra fantástica, que tem equipamentos, que tem zonas ribeirinhas. Porque é que Lamego nunca se candidatou a ter um Pólis? Foi porque nunca houve vontade, nunca houve capacidade, nunca houve projetos, nunca houve dinâmicas,

nunca houve coragem, porque sempre se desculpou com a falta de dinheiro, mas, nessa altura, havia dinheiro, só que não havia ideias. Havia sempre o receio se iria funcionar, se iria haver gente, se iria haver atividade, se iria haver retorno.

Afirmou, que enquanto ficaram nessas dúvidas, não fizeram nada. Numa última nota, em relação aos centros escolares, disse que a Carta Educativa sobre a construção dos centros escolares foi da Câmara e da Assembleia Municipal, a sua construção foi da responsabilidade exclusiva do Município. Em relação ao seu financiamento, disse que o Município de Lamego foi roubado pelo Governo, porque prometeu 70% de fundos comunitários e não deu. Só depois de muitas insistências, só depois de muito pressionado, não apenas pelo Município de Lamego, mas também por outros municípios que sofreram as mesmas consequências, veio a emendar a mão e subiu a comparticipação de 70 para 80% e incluiu os terrenos como despesa ilegível e fez subir o valor das salas de cento e dez mil euros para cento e trinta mil euros. Afirmou que os centros escolares foram construídos por fundos comunitários e verbas próprias da autarquia; nos referidos centros escolares o governo investiu zero euros e ainda obrigou a fazer despesas, que não são justificáveis em país nenhum do mundo, ainda menos em Portugal, como foram os sistemas de ventilação e o ar condicionado nos centros escolares, quando entre junho e setembro estão fechados.

Mais afirmou, que tem pena, mas o senhor António Augusto dos Santos já respondeu, ele fica-se por repetir o que o senhor António Augusto Santos disse, tem pena que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura não tenha referido aqui a grande obra do governo central, liderado pelo Partido Socialista, uma grande mentira, um grande engodo, que foi o hospital que nos construíram, em completo desacordo com aquilo que foi prometido aos lamecenses. O Município de Lamego foi enganado, foi muito prejudicado, um investimento que se cifrou em quarenta e dois milhões de euros, que é basicamente o mesmo que a Câmara investiu nos últimos quatro anos, desnecessário para o que, infelizmente, vai ser o hospital de proximidade de Lamego, sem qualquer serventia para Lamego e população do Douro Sul, uma vergonha.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que se ia passar à votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012, repetindo aquilo que inicialmente dissera, que subjacente à proposta de discussão dos Documentos Previsionais e com o intuito de agilizar procedimentos administrativos, propõem-se à aprovação e autorização da Assembleia Municipal:

Proposta de deliberação e aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012;

Pedido de autorização para a contratação de um empréstimo a curto prazo, nos termos do n.º 3 e 7 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para ocorrer a dificuldades de tesouraria

Pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objetivos definidos;

Deliberado: Aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra e quatro abstenções.

Interveio o senhor **Angelo Manuel Mendes Moura** para fazer a seguinte declaração de voto:” *O grupo Municipal do Partido Socialista, vota contra o orçamento e grandes opções do plano para o ano económico de 2012, pelas seguintes razões: Os documentos enfermam de falta de rigor e seriedade, incluindo por exemplo, o fantasma a título de receita, pois são irrealistas, consubstanciando no que concerne às grandes opções do plano, mais uma vez, o verdadeiro programa eleitoral. Os documentos ora votados assentam ainda, no pressuposto de crise económica conjuntural, quando a situação financeira vivida pelo Município, resulta mais, de gestão errada e errática, com a preocupação de execução de obras de regime, de fachada, do que na dinamização de atividades reprodutivas, de obras capazes de criar riqueza, o que aliás, pode ser constatado pela via económica do Município registada nos últimos seis anos.*

Finalmente, o grupo Municipal do Partido Socialista vota contra o orçamento e grandes opções do plano, porquanto estes documentos, não definem, não propõem obras sugeríveis, verdadeiras, com vista a dinamizar a atividade económica lamecense”.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para fazer a seguinte declaração de voto:” *Sem embargo de justificar mais pormenorizadamente a minha decisão, absteve-me na votação deste orçamento e grandes opções do plano, porque entendo que este não é o modelo de desenvolvimento que eu prefiro para o nosso concelho, além disso, não está contido neste documento, quais são as competências e os referidos montantes para as freguesias. Porque isto é passar um cheque em branco, como se calcula ao executivo”.*

04-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAMEGO PARA O ANO DE 2012

Presente à sessão proposta de deliberação da Câmara Municipal, que aprovou, por maioria, o mapa de pessoal do Município de Lamego para o ano de 2012, para aprovação pela Assembleia Municipal, e que constam do mapa anexo.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que, nos termos do acordo assinado entre o governo português e a troika, e do conjunto de restrições quer a nível orçamental, quer sobretudo das despesas correntes do Estado, em que o governo português se comprometeu a reduzir, está incluída uma redução com os custos com pessoal, que também inclui o pessoal das autarquias. Essa redução está traduzida no acordo em 1% dos trabalhadores da administração central e redução de

2% dos trabalhadores da administração local. Afirmou que esses 2%, de acordo com a proposta de orçamento de estado para 2012, serão de 1% para os municípios que tenham reduzido o seu pessoal, desde 31 de Dezembro de 2008, e de 3% para os que não o tenham reduzido. Afirmou que estas regras cegas, normalmente dão maus resultados, pois, neste momento, o Município de Lamego tem duzentos e vinte e dois funcionários, em 2008 devia ter à volta de duzentos e oitenta funcionários. Só que parte deles estavam nas atividades de enriquecimento curricular e contratados a recibos verdes, pelo que os mesmos não contam para esta contabilização de redução. Declarou que em termos gerais o Município de Lamego teve uma redução de pessoal, desde 31 de Dezembro de 2008 até hoje. Mas isso não foi traduzido nos números, porque houve mudança do vínculo das pessoas, dos vínculos de tarefa e avença e recibo verde, não eram considerados como contratos de trabalho e portanto, não entram nesta contabilidade. Desenvolvendo disse que o Município de Lamego está obrigado, nestes termos, a reduzir oito funcionários no ano de 2012. Oito funcionários que serão contemplados pela reforma. Recordou que o senhor Primeiro-ministro disse há dias, numa entrevista, que daqui a vinte anos as reformas de grande parte dos presentes, serão 50% do que eram em 2007. Em face disto, todos os funcionários que têm condições estão a começar, e bem, a pedir as suas reformas. Transmitiu que, se não tivesse estes dispositivos, teria que passar aos contratos a tempo determinado, que são cerca de doze na Câmara Municipal de Lamego. Se ainda assim não chegar, terá que haver um mecanismo legal que prevesse o despedimento público, que ainda não existe. Afirmou que existe este problema efetivo de redução de pessoal. Apenas está resolvido para o ano de 2012, no ano seguinte ver-se-á quais as pessoas em condições de se reformar. Até lá existe um conjunto de necessidades que se têm de prover com pessoas que estão noutras funções, pois existem pessoas que estão destacadas noutros serviços e até em funções de chefia, que terão que ter o seu lugar no quadro, porque haverá uma redução dos lugares de chefia, pelo que parte dos chefes de divisão da Câmara deixarão de o ser e, sendo funcionários, terão que regressar ao seu lugar de técnico superior a tempo indeterminado, como é de Lei. Depois existem alguns contratados a tempo determinado, que haveria interesse em passá-los a tempo indeterminado, nomeadamente um lugar de coveiro de que o Município precisa e tem que ter.

O total de situações são seis vagas, que o executivo pretende ver incluídos no Mapa de Pessoal para 2012, sendo que a proposta de Orçamento de Estado também prevê que qualquer nova contratação para a autarquia, passe a ser justificada perante a Assembleia Municipal e, se houver necessidade de abrir qualquer uma dessas vagas, o executivo trará a esta Assembleia, para que seja apreciada e a justificada.

Tomou a palavra o senhor **João Paulo Batalha Machado** para se dirigir ao senhor Presidente da Câmara, que falou em seis lugares de funcionários, depois falou a tempo indeterminado, dizendo-lhe que não percebeu. Disse que está a falar de seis

funcionários com contrato a prazo, a tempo incerto, que a Câmara quer passar a tempo indeterminado ou está-se a falar trabalhadores recrutados no exterior. Afirmou que uma coisa é o trabalhador já estar a trabalhar na Câmara com contratos precários, outra coisa é aumentar o mapa de pessoal com seis funcionários novos. Se assim for, se houver transferência de seis funcionários com contratos precários para contratos a tempo indeterminado, aí o grupo Municipal do Partido Socialista está completamente de acordo, não o afeta nada dar o apoio nesse sentido. Disse que o senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, não explicou esta diferença. Por outro lado, gostaria de perguntar se houve funcionários no Mapa de Pessoal, desde o ano passado. Se assim for, se for para acolher no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lamego os seis funcionários internos, que estão numa situação precária, o grupo Municipal do Partido Socialista, irá votar pela abstenção.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que foi claríssimo, não pode ser mais claro, o senhor João Paulo Batalha Machado, não percebeu, mas não lhe pode explicar melhor, sob pena de incorrer naquilo que poderia ser uma violação da Lei. Porque foi o Partido Socialista que acabou com isso, conversão dos contratos a termo certo a tempo indeterminado. Como se sabe, os contratos a prazo tinham um limite legal, quando se chegava a esse limite, se os trabalhadores não fossem dispensados, atempadamente avisados, indemnizados, entravam automaticamente no quadro de pessoal. O Partido Socialista acabou com isto, Agora obriga a que, quando terminam um contrato a termo certo, tem que se fazer um concurso. Deu como exemplo o caso do coveiro, que não sabe quem é, vai terminar o contrato, em vez de entrar para o quadro de pessoal automaticamente, que é o que o senhor João Paulo Batalha Machado lhe está a perguntar, vai ter que ver o lugar que desempenha colocado a concurso público, o qual poderá não ser ocupado por este funcionário, mas por alguém de Avões, por exemplo, já coveiro em Lisboa, que queira vir para a sua terra e pode concorrer para o lugar e passar à frente. Portanto, não pode dizer que se está a abrir uma vaga de contrato de tempo indeterminado do coveiro, que já desempenha essas funções no Município de Lamego, mas que terá de abrir uma vaga em concurso público, que vai seleccionar pessoas, que terá um júri para esse efeito.

Terminou dizendo que a redução de pessoal, que tem essencialmente a ver com reformas, com alguns contratos não renovados, com a redução de pessoal correspondente aos professores das AEC'S e o pessoal auxiliar, que se cifraram em 2011, em cinquenta e seis pessoas a menos, sendo trinta e três auxiliares e vinte e três professores das AEC'S. Portanto, essa foi a redução, haverá aqui uma diferença menor, passar de 211 para 209, em relação aos restantes funcionários extra AEC'S.

Deliberado: Aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e quatro abstenções.

05-ASSUNTO: AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL EM ESPÉCIE DA EMPRESA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM (COD 22-A)

Presente à sessão a proposta de deliberação da Câmara Municipal que aprovou, por maioria, a qual refere que considerando a informação detalhada n.º 477/2011 de 23 de Novembro de 2011 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e uma vez que:

- A entidade para a qual o Município de Lamego cedeu a gestão do Teatro Ribeiro Conceição é uma empresa pública de âmbito municipal, que goza de personalidade Jurídica e é dotada de Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, nos termos dos respetivos Estatutos e da Lei n.º 53-F/2006 – Regime Jurídico do Sector Empresarial Local – respeitando-se assim o requisito previsto na alínea f) do ponto 1 da Cláusula Quinta do Contrato – Programa, de que a cedência da gestão poderá ser concedida a uma Entidade Pública;

- Está assegurado que a Lamego Convida, E.E.M., assumirá as obrigações do Município de Lamego no referido Contrato-programa, nomeadamente o fomento da cultura, do desporto, o apoio a coletividades de cariz social e a prestação de serviços desportivos aos cidadãos em geral;

- É o Município de Lamego, através dos seus órgãos deliberativo e executivo, que continua a determinar as Regras e Normas de Funcionamento do Teatro Ribeiro Conceição, bem como a definir as Taxas Aplicáveis e o Regulamento de Gestão;

- À semelhança do que foi deliberado pela Câmara Municipal de Lamego, sob minha proposta de deliberação n.º 109/22-A/10, a 2010/02/23, e Assembleia Municipal a 2010/02/23, a transferência de património para Empresa Municipal Lamego Convida, E.E.M “Complexo das Piscinas Municipais”, na forma de aumento de capital social em espécie no montante total de € 6.133.000,00;

e, para que:

a Câmara Municipal de Lamego, nos termos dos termos do artigo 15.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e para os efeitos do disposto no artigo 64º, n.º 6, alíneas a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo em vista o exercício dos direitos do Município, enquanto único acionista, na Empresa Municipal Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M.;

e, A Assembleia Municipal de Lamego, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 53º, n.º 2, alíneas c), i) e l) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, possam deliberar:

1 - Aceitar a avaliação feita e o valor atribuído ao Teatro Ribeiro Conceição;

2 – Nos termos dos Estatutos da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M., e do artigo 3º, nº 3, do Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de Agosto, autorizar a participação do Município na alteração do Capital Social da Empresa,

Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M., através de entrada em espécie, por afetação do seguinte Equipamento e respetivo bem que a seguir se descreve e que consta do relatório de avaliação anexo:

- Prédio inscrito na Matriz Predial Urbana de Lamego (Sé) sob o n.º 281, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o número 212/19880314, inventariada com o n.º 16583.

3 - Que o equipamento identificado, livres de quaisquer ónus ou encargos (no valor de 6.900.000,00€) representam uma proporção do Município de 100%, (6.900.000,00€) aceitar, conforme consta do Relatório do Revisor Oficial de Contas, tendo em vista manter a proporção de 100% Município, conforme os Estatutos, que o aumento do Capital Social, por parte do Município, se realize da seguinte forma:

Aumento de Capital em Espécie 6.900.000,00 €

Ficando o Município com mais 6.900.000,00€ (100%), no Capital Social da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais EEM., correspondente a mais 6.900.000 ações no valor nominal de um euro cada, acrescentando assim, ao aumento de capital efetuado 23/02/2011 de 6.133.000,00, correspondente a 6.133.000 acções no valor nominal de um euro cada.

Assim, fica o Município com 13.033.000,00€ (100%), no Capital Social da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais EEM., correspondente a 13.033.000 ações no valor nominal de um euro cada.

4 - Autorizar a utilização pela Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais EEM., no âmbito da execução do respetivo Plano de Atividades e Orçamento para 2012.

Desta forma, propõe, nos termos dos termos do artigo 15.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e para os efeitos do disposto no artigo 64º, n.º 6, alíneas a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara delibere a proposta no sentido de:

1- Ser aprovada e submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas da alínea i) e l) do nº 2 do artigo 53º. e da alínea a) do nº 6 do artigo 69º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o aumento do Capital Social da “Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M.”, para 13.083.000,00 €, representando um aumento do capital social em 6.900.000,00 €, face ao atual 6.183.000,00€;

2- Autorizar nos termos das referidas disposições que o aumento de capital social referido anteriormente seja realizado em espécie através do imóvel correspondente ao Teatro Ribeiro Conceição, ao qual foi atribuído o valor de 6.900.000,00 €;

3- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas da alínea g) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do nº. 2, do artigo 12º da Lei nº. 2/2007, de 15 de Janeiro, da alínea d) do artigo 6.º do CIMT e da alínea e) n.º 1 art.º 44.º do Código Tributários, a isenção de IMT relativamente a esta transmissão e IMI relativamente ao imposto sobre imóveis, atendendo ao manifesto interesse público da mesma, documento que constitui parte integrante da presente ata.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que esta é a segunda operação de recapitalização da empresa Municipal Lamego ConVida, que o executivo faz através da integração de capital em espécie, e não em dinheiro, como habitualmente é feito o reforço de capital das empresas. Fez primeiro com as piscinas cobertas, faz-se agora com o Teatro Ribeiro Conceição. O executivo pretende, com esta operação, duas coisas distintas: uma em favor da empresa Municipal Lamego ConVida, outra em favor da Câmara Municipal. Em favor da empresa Municipal Lamego ConVida, para reforçar o capital social da empresa, num período em que incidem sobre as empresas municipais um conjunto de olhares críticos, que colocam em dúvida a capacidade financeira, o interesse e objetivos das empresas municipais. Para que o Município de Lamego possa ter uma empresa municipal sólida e robustecida financeiramente, e para que os seus parceiros, os lamecenses em geral e a banca, possam olhar esta empresa e ver solidez financeira, dando cumprimento aos critérios necessários para a realização cabal, como empresa, da sua missão, conforme a nova Lei do setor empresarial local, que fará parte da reforma administrativa, impõe.

Pelo lado do Município de Lamego a vantagem desta operação é ter uma empresa municipal detida a 100% pela Câmara Municipal, mais forte, com capacidades de gestão mais fortalecidas. Por outro lado, tem-se, do ponto contabilístico, em termos de operação financeira, uma vantagem grande. Disse que a Câmara tem investido essencialmente em equipamentos e infra-estruturas, que têm um determinado valor normalmente contabilizado numa conta de obra de investimentos, a chamada conta 28. Há todo interesse em transferir estes valores dos equipamentos e infra-estruturas da Câmara para ativos, sendo esta uma maneira de o fazer, ou seja, avaliar de acordo com a Lei, por avaliadores oficiais e por uma sociedade de revisores de contas, o Teatro Ribeiro Conceição e colocá-lo na empresa municipal em espécie, pelo valor estipulado, o que significa que a obra que a Câmara fez vai transitar da rubrica de investimentos para uma rubrica patrimonial de ativos, enriquecendo o património da Câmara Municipal de Lamego pelo devido valor do Imóvel. Isto tem reflexos contabilísticos óbvios no equilíbrio de ativos e passivos, no endividamento, num conjunto de rácios de caráter financeiro importantes para o Município. Declarou que da conjugação dos interesses da Lamego ConVida e da Câmara Municipal nasceu esta proposta, subscrita pelo senhor Vice-Presidente, o Presidente ausentou-se nesta sessão, pois ele, Presidente da Câmara, apenas pretendeu clarificar e esclarecer, para

que os membros da Assembleia Municipal possam, sobre a mesma, decidir e deliberar, dado tratar-se duma operação financeira muito importante para ambas.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões** solicitou um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, porque anteriormente disse que fez um protocolo com a Federação Portuguesa de Andebol para exploração do Multiusos; estava convencido que era o primeiro caminho para dispensar a Lamego ConVida, porque ele entende que era uma forma de reduzir custos e ter mais dinheiro disponível para o Município, para pagar as dívidas e para investir. Mas não, na sua explicação quis apenas demonstrar as vantagens da ideia de querer transformar a Câmara em investimentos ativos, saber quanto vale o património, para se poder camuflar e, com isso, eventualmente, usá-lo como garantia no futuro. Por outro lado gostava de alertar para o perigo que isto representa. Sabe que a Lamego ConVida depende a 100% do capital da Câmara, isto é, a Lamego ConVida, na sua atividade normal, gasta aquilo que a Câmara lhe transfere; uma das cláusulas do protocolo do acordo é que todos os “prejuízos” e necessidades de financiamento a Câmara suportará. A partir do momento que se vai aumentar o capital em espécie, há aqui um perigo para este património. Se, por qualquer eventualidade, a Câmara deixar de cumprir ou tiver grandes dificuldades de se auto-financiar ou poder financiar a própria Lamego ConVida, significa que os credores podem apropriar-se do património emblemático do Município, ou seja, o Teatro Ribeiro Conceição ou as Piscinas, embora estas é mais piscina menos piscina. Agora, quanto ao Teatro Ribeiro Conceição, tem dúvidas que isso não seja um perigo evidente, para além de não entender que numa situação de crise, em que é preciso poupar, se mantenha esta empresa municipal a funcionar. Tanto mais que ela exerce funções da Câmara, e esta tem responsáveis políticos para as mesmas funções. Esta é a sua visão, parecendo-lhe que os administradores da Lamego ConVida poderão ser mais úteis no apoio e acompanhamento da atividade municipal.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para dizer que entende, pensando que os restantes membros também entendem assim, não obstante as explicações do senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara não está cá porque não pode estar, este assunto é do interesse da Lamego ConVida. Na última Assembleia alertou para esta questão de conflitos de interesses. É que neste conflito de interesses o senhor Presidente da Câmara abdica da sua função de Presidente de Câmara e opta pela sua função de Presidente do Conselho de Administração da Lamego ConVida. É mais um assunto onde o senhor Engenheiro Francisco Lopes opta pela Presidência do Conselho de Administração da Lamego ConVida em detrimento do Município. Os argumentos expostos, na sua opinião, não colhem. O que se passa aqui não é esta a figura rigorosa, jurídica, mas o que se passa é a venda do património do Município de Lamego à Lamego ConVida. O Teatro Ribeiro Conceição deixou de ser do Município e passou a ser da Lamego ConVida.

Por isso, conforme dizia o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, fica à mercê dos credores da Lamego ConVida, eventualmente quaisquer ações de penhora ou de outra natureza. Perguntou qual o interesse desta operação, que tem apenas a ver com a solidez financeira do capital da Lamego ConVida, sendo única virtualidade, permitir à Lamego ConVida contrair empréstimos com o património que lhe pertence, as piscinas e agora o Teatro Ribeiro Conceição.

O senhor Presidente do Conselho de Administração – Engenheiro Francisco Lopes – já pode ir às instituições bancárias e dizer: *“A Lamego ConVida precisa de mais vinte milhões de euros, não estejam preocupados, porque o património edificado, representado sob a forma de capital social é composto por dois imóveis de grande valor patrimonial”*: É só isto, não há outra razão que não esta. Não há qualquer outra vantagem. O património é do Município de Lamego e está a ser gerido pela Lamego ConVida. Discordou do senhor Presidente da Câmara quando diz que a Câmara faz um grande investimento; na sua ótica a gestão patrimonial ou as obras, estão a ser feitas pela Lamego ConVida, de contrário o senhor Presidente terá que enumerar as obras que foram feitas pela Câmara Municipal e quais foram as obras feitas pela Lamego ConVida. Gostaria de ser esclarecido sobre esta situação, porque as vantagens que se colocam não são descortinadas pelo grupo Municipal do Partido Socialista, que não vê nenhuma utilidade da existência da Lamego ConVida. Esta deveria ser a primeira empresa Municipal a desaparecer, dando cumprimento ao memorando da troika, ficando todos a ganhar e ganhava-se até um Presidente da Câmara a tempo inteiro.

Usou da palavra o senhor **António Augusto Santos** para, sobre este assunto, dizer que a primeira pergunta que procurou fazer a quem sabe, foi se esta transferência era legal. Obteve a resposta que sim, era legal. Depois veio-lhe a dúvida, a Lamego ConVida vai ficar com um património extraordinário, passando a ser uma empresa municipal com um grande património. Mas, suponha-se que a sua administração, por qualquer razão, abre falência ou tem défice, no fim dum determinado ano e o Estado diz: *“As empresas municipais com défice, são imediatamente aniquiladas”, o que se faz?* Disseram-lhe que a resposta foi que o património da Lamego ConVida é da Câmara Municipal, reverte a favor da Câmara, portanto, não há prejuízo nenhum. É preciso explicar bem isto, porque a passagem do Teatro Ribeiro Conceição para a Lamego ConVida causou-lhe dúvidas. Mas se houver má administração por parte da Lamego ConVida, ele reverte, novamente para a Câmara Municipal de Lamego.

Interveio o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** para esclarecer, que não há qualquer impedimento jurídico-legal para esta operação. É perfeitamente legal, logo é possível. Utilizando uma linguagem acessível, diz que há aqui uma espécie de sociedade unipessoal com um único titular, que é a Lamego ConVida, cujo único sócio é a Câmara Municipal de Lamego. Não há outro sócio, os 100% de capital são detidos

pela Câmara Municipal, sendo evidente que há aqui uma engenharia financeira. Dados os poucos recursos do Município, há que se engendrar argumentos jurídicos e engenharia financeira, para colmatar as lacunas financeiras que agora existem.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara para** esclarecer algumas questões e dúvidas referidas pelos membros da Assembleia Municipal, salientando o que foi dito pelo senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa; tecnicamente, enquanto notário, é a pessoa mais habilitada para explicar esta operação, bem como o que foi referido pelo senhor António Augusto dos Santos. Em relação às vantagens e desvantagens da empresa municipal Lamego ConVida, não vale a pena discutir. O executivo tem posições opostas ao grupo Municipal do Partido Socialista. Disse que, felizmente, há inúmeros Municípios socialistas no país com empresas municipais, que gerem empresas municipais e que lhe dão valor. Infelizmente, também há inúmeros socialis-democratas que consideram que este instrumento não é importante, que deviam ser reduzidas ou até acabar. Portanto, cada um tem as suas ideias, não há aqui questões ideológicas, nem de outra natureza; o processo da criação da empresa Municipal Lamego ConVida nunca foi ultrapassado pelo Partido Socialista. Mas a verdade é que a empresa municipal teve utilidade para determinados projetos que este e o anterior executivo lançaram. Também é verdade que as vantagens que viu neste modelo são cada vez menores. Discute-se agora se as transferências da Câmara para a empresa Municipal Lamego ConVida, poderão vir a ficar sujeitas a IVA. Se tal vier a acontecer, provavelmente, é aniquilado o último instrumento de financiamento das empresas municipais, que ainda faz algum sentido e trás alguma vantagem recíproca para a empresa e para a Câmara Municipal, que detém o seu capital, que lhe transfere competências e, em favor da qual, a empresa Municipal desenvolve essas atividades. A Lei também vai colocar algumas dificuldades, quer em termos dos resultados, quer em termos do equilíbrio das receitas ou funcionamento das empresas municipais. Há um conjunto de intenções que levam a que este instrumento importantíssimo de gestão dos assuntos municipais, esteja a perder interesse. Mas a verdade é que o Município tem a empresa, ela está a trabalhar muito bem, extinguir a empresa não vai reduzir custos, pois toda a estrutura passará para a Câmara. Vai-se perder em capacidade e flexibilidade de gestão. Referindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, disse-lhe que é Presidente de Junta há mais de trinta anos, aconselhou-o a olhar para estas coisas de forma diferente, mais aberta, porque os tempos são outros e, de norte a sul do país, os equipamentos desportivos e os equipamentos culturais, são genericamente geridos por empresas municipais, o que faz todo o sentido. Gerir um Teatro, onde as pessoas trabalham a maior parte do tempo à noite e ao fim de semana, é completamente diferente de ter funcionários públicos que fazem horários das 9 às 17.30 horas. Portanto, há vantagens em ter um estatuto e uma flexibilidade diferentes. Por outro lado, criando os equipamentos de raiz, como as piscinas e o Teatro, recrutam-se as pessoas e são elas que fazem

funcionar este tipo de equipamentos. A Câmara não consegue ter os equipamentos a funcionar sem as pessoas que estão lá a trabalhar. A extinção e a fusão resultariam em grande prejuízo. Afirmou que há aqui necessidades de financiamento. A empresa municipal Lamego ConVida fez as obras de reabilitação geral no Parque das Piscinas Descobertas, financiou-as com um empréstimo de cerca de quinhentos mil euros; a Lamego ConVida nunca recorreu ao crédito. A Câmara é que necessita de financiamento, necessita que todos os seus “braços”, incluindo a Lamego ConVida, tenham robustez e solidez financeira para que a banca olhe para a Câmara como um parceiro credível. Referindo-se ao eventual risco de um dia ver um crédito qualquer da Lamego ConVida não ser cumprido e que o credor fosse sobre o Teatro Ribeiro Conceição, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões também o disse aqui, leu bem o protocolo ou o contrato programa entre a Câmara e a Lamego ConVida. A atividade da Lamego ConVida é subsidiada, como são de resto os Teatros Nacionais, as empresas de transportes públicos, a RTP, que só a título de compensação de serviço público, vai receber cento e tal milhões de euros no próximo orçamento de Estado. Portanto é a Câmara que se obriga a colocar esses montantes para que a empresa Municipal possa ter as suas contas equilibradas. Qualquer credor terá muito mais facilidade em vir à Câmara buscar o dinheiro, seja do FEF, seja da cativação de outras receitas, do que ficar com o Teatro Ribeiro Conceição, que é um edifício de muito valor para Lamego, mas que dificilmente é vendável e não teria utilidade para qualquer entidade bancária ou outro credor que ficasse com ele. Disse que não há aqui qualquer tipo de risco em relação a esta operação e há muitas vantagens para a empresa Municipal e para a Câmara. Não faz apelo à aprovação desta proposta, dada a deliberação ser função dos membros da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para alguns registos, dizendo que, em termos nacionais e internacionais, ganha consistência a opinião e a tendência de que as empresas municipais servirão, e só, para contribuir para o despesismo, para fugir ao controle político e financeiro, em alguns casos, ao controle do Tribunal de Contas, da obra que foi edificada. É por isso que todas as autoridades internacionais, incluindo o governo português, defendem a extinção das empresas municipais. Não o fazem relativamente a todas, porque há contratos e compromissos que foram celebrados, não sendo possível física e juridicamente extingui-las por decreto. Disse que ficaram claras na intervenção do senhor Presidente da Câmara, as razões da utilização da Lamego ConVida por parte da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, no que respeita ao controle político. Com a maioria da primeira vez e a maioria sólida da segunda vez, estava perfeitamente à vontade, não precisava de outra instituição ou outra entidade, para fugir ao controle financeiro e político desta Assembleia. Mas continua a fazê-lo, porquanto o orçamento da Lamego ConVida não passa pela Assembleia Municipal. Quanto à utilização da engenharia financeira, permite utilizar o dinheiro que, efetivamente, não existe. Permite através dela, utilizar

mais de seis milhões e trezentos mil euros, que não existem. Mas que depois tem que ser pago com os nossos impostos.

Deliberado Aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sete votos contra e duas abstenções

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para fazer a seguinte declaração de voto: *“Não obstante poder entregar uma declaração mais fundamentada, continuo a dizer que não vejo qualquer utilidade na manutenção desta empresa Municipal”.*

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** para fazer a seguinte declaração de voto: *“O grupo Municipal do Partido Socialista de Lamego, composto pelos senhores Ângelo Manuel Mendes Moura, João Paulo Batalha Machado, Maria Otelinda Conceição e Costa, Pedro Miguel Barradas Sengo e pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Lalim e Presidente da Junta de Freguesia de Sande, votaram contra a proposta de aumento de capital social em espécie da Empresa Lamego ConVida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, por entenderem que as razões e os Fundamentos apresentados para o aumento de capital ou social da referida empresa, na forma como é justificada, em nada alteram os níveis de execução, até agora alcançados, uma vez que esta empresa já desenvolve a sua atividade, nos termos que agora diz pretender desenvolver futuramente. Ou seja para fazer o que está a fazer, de forma como estão a fazer, não tem necessidade deste aumento de capital e nenhuma alteração substantiva, para além, do que já ocorre atualmente, aqui se apresenta como indispensável e fundamental, para necessitar deste aumento de capital. Por tudo isto, sem prejuízo do nosso entendimento, desde a primeira hora enunciado, de que esta empresa não tem condições de existência, nos termos que atualmente se encontra configurado, tendo do ponto de vista legal, como o de sustentabilidade financeira”:*

Interveio o senhor **Orlando Vítor Fernandes Nunes** para fazer a seguinte declaração de voto: *“Apenas para constar, no que concerne a este ponto específico, de facto, não há qualquer contradição entre o grupo Municipal do Partido Socialista e o senhor vereador Agostinho Ribeiro, porque sobrescreveu “ipsis-verbis” a declaração do senhor vereador Agostinho Ribeiro”.*

06-ASSUNTO INDICAÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO LIVRO BRANCO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

Presente à sessão ordinária proposta de deliberação da Câmara Municipal que refere que as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios constituem a maior manifestação festiva da cidade e do concelho e uma das mais importantes do país. Nas últimas décadas as festas dos remédios pouco mudaram, não acompanhando as

mudanças sociológicas, sociais, económicas e demográficas que se operaram na região e no país. Se as festas pouco mudaram, com excepção da sua municipalização e progressivo afastamento das instituições e da economia local, foram de facto gigantescas as mudanças do contexto envolvente. Assim, torna-se urgente repensar as festas com o objetivo de lhe devolver a relevância que a história e tradição lhe permitem voltar a ter. Mas essa não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. É, antes, uma responsabilidade de todas as instituições do concelho e de todos os Lamecenses em especial.

Pretende-se, assim, promover um amplo debate e profunda reflexão em torno das festas, que possa resultar num "Livro Branco das Festas de Nossa Senhora dos Remédios", propondo as alterações a introduzir no modelo, a duração, o financiamento, a organização e o novo programa das festas, com vista à sua modernização, bem como um calendário de implementação progressiva, a realizar desejavelmente nas próximas 3 edições.

Para dinamizar este debate propõe-se a criação de um grupo de trabalho constituído por 4 elementos designados pela Câmara Municipal, 4 designados pela Assembleia Municipal e 2 indicados pela Diocese de Lamego.

Não competirá ao grupo de trabalho fazer a reflexão que se exige sobre as festas, mas somente dinamizar essa discussão e reflexão. As reuniões do grupo de trabalho serão públicas e abertas à participação de todos. Todos os membros do grupo, membros da Câmara e da Assembleia têm a obrigação de participar, de convidar e motivar todos os Lamecenses a participar neste importante debate e no desenvolvimento do novo modelo de festas.

Todos os passos dados serão tornados públicos para aferir a sensibilidade com que a população os recebe e conduzir a um trabalho que mereça amplo consenso.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para informar que entrou na mesa uma proposta, subscrita pelos coordenadores da coligação "Todos Juntos Por Lamego" e pelo grupo Municipal do Partido Socialista, que leu na íntegra: "Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, atendendo ao ponto número seis, da ordem de trabalhos da sessão ordinária de 20 de dezembro de 2011 e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 31.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lamego, o grupo Municipal da coligação "Todos Juntos Por Lamego" e o grupo Municipal do Partido Socialista, propõem como representantes da Assembleia Municipal, para integrarem o grupo de trabalho, para elaboração do "Livro Branco" das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, os seguintes elementos: António Manuel Magalhães Rodrigues Lourenço, João Paulo Batalha Machado, Manuel Lino Pereira Carvalho e Maria Liliana dos Santos Monteiro".

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para clarificar o que significa este grupo de trabalho. Disse que a proposta de deliberação, aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, é clara em relação a este assunto. Afirmou que o Livro Branco não vai ser desenvolvido por este grupo de trabalho, que vai incluir os quatro membros da Assembleia Municipal, quatro membros designados pela Câmara e dois membros indicados pela Diocese de Lamego. Disse que este grupo de trabalho vai dinamizar o debate e a participação pública em torno das Festas, desejando que resulte dessa discussão o Livro Branco. Poderá dizer-se que aqui já se quis discutir o assunto e não apareceu ninguém e discutiu-se o Eixo Barroco e também ninguém apareceu. Vai-se continuar a discutir as Festas e provavelmente não aparece ninguém. O objetivo é que todas as reuniões deste grupo de trabalho sejam públicas, abertas à participação de todos os membros do grupo, da Câmara e da Assembleia Municipal, onde todos têm a obrigação de participar, de convidar e motivar os lamecenses a participar neste importante debate e no desenvolvimento dum novo modelo para as Festas. O objetivo deste grupo é formar um núcleo base de pessoas com a obrigação de se encontrar e de lançar o debate, que possam convidar pessoas a participar em reuniões públicas. Informou que, ele próprio, não integrará o grupo, mas não deixará de dar a opinião sobre os textos e de acompanhar o trabalho. É sua convicção que este trabalho passará, numa primeira fase, por uma identificação daquilo que é preciso mexer e do que não se pode mexer. Depois, numa segunda fase, possivelmente, pela contratação, dum apoio mais especializado, nomeadamente, nalguns aspetos que careçam de desenvolvimento, de atualização, de modernidade e que seja necessário recorrer a uma empresa da especialidade para o fazer. Quis com isto dizer que nenhum membro da Assembleia está excluído de participar neste trabalho, tal como ninguém da sociedade civil lamecense. Este é um assunto que diz respeito a todos, que nele devem participar ativa e empenhadamente. Este grupo de trabalho deve buscar contributos a pessoas que têm ideias, para uma primeira reflexão que possa levar a Câmara a tomar a seu cargo o papel de contratualizar um apoio complementar subsequente. Gostaria que houvesse qualquer tipo de controvérsia em volta dum assunto, que merece o consenso de todos. As Festas de Nossa Senhora dos Remédios são um dos eventos mais importantes do Concelho de Lamego. É responsabilidade de todos contribuir para a modernização das festas. Afirmou que esta visão que está na proposta de deliberação é sua, mas espera que se adapte às mudanças sociológicas, sociais, económicas e demográficas que se operaram na região, para continuar a merecer a relevância que a história e tradição lhe conferiram.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Samodães** para dizer que concorda plenamente com o grupo de trabalho, mas não concorda com o facto do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé, sendo ele eleito numa freguesia da cidade, não integre esse grupo de trabalho para a elaboração do Livro Branco. Sugeriu a sua inclusão no grupo de trabalho, a Assembleia deveria retificar este lapso, porque

a freguesia de Almacave faz parte desse grupo de trabalho. Perguntou se a freguesia da Sé não existe? Afirmou que todos os membros da Assembleia Municipal devem estar de acordo e em sintonia com a Junta de Freguesia da Sé.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para esclarecer que os nomes apresentados são, única e exclusivamente, da responsabilidade dos senhores Coordenadores dos Grupos Municipais.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Sé** para felicitar a Mesa da Assembleia Municipal, eleita da parte da manhã. Afirmou que não pediu a ninguém para fazer parte deste grupo de trabalho. Informou que já teve uma conversa com o senhor Presidente da Câmara, está esclarecido, portanto, isso vale tudo. De qualquer modo agradece a preocupação e solidariedade do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samodães.

Deliberado: A lista foi submetida a votação secreta em urna fechada. Realizado o sufrágio, foi eleita com trinta e dois votos a favor; sete votos contra; quatro votos brancos e dois votos nulos.

07-ASSUNTO: ACORDO DE GEMINAÇÃO COM A MUNICIPALIDADE FRANCESA DE BOUCHEMAINE (COD 11)

Presente à sessão a proposta de deliberação da Câmara Municipal, a qual refere que a geminação de cidades é um conceito que tem como objectivo a criação de relações e mecanismos protocolares, através dos quais as cidades de áreas geográficas ou políticas distintas, estabelecem laços de cooperação aos mais diversos níveis: culturais, económicos, turísticos, desportivos, etc.

Considerando a solicitação e vontade expressas do Município de Bouchemaine num acordo de geminação com a cidade de Lamego e, após a visita do seu Comité de Jumelage à nossa cidade em Julho último, visita essa retribuída por uma delegação do Município de Lamego, propõe que seja aprovada a proposta do “Acordo de Geminação”, nos termos apresentados.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que já tinha abordado este assunto de geminação de Lamego com a municipalidade francesa de Bouchemaine nesta Assembleia, atendendo a um conjunto de circunstâncias que têm a ver com a existência, nos nossos territórios, duma área classificada como Património da Humanidade – o Alto Douro Vinhateiro em Portugal e o Val de Loire em França – com a circunstância de serem ambas regiões vinhateiras, apesar de haver alguma diferença quanto ao tipo e dimensão das cidades. Bouchemaine é uma cidade substancialmente mais pequena que Lamego. Mas havia muito interesse por parte daquela localidade de desenvolver projetos com a comunidade portuguesa, com uma cidade geminada, vindo, desde há muito, a trabalhar neste projeto de geminação. Primeiro escolheram o País, depois a região e a cidade com quem se queriam

geminar, numa escolha pública e muito participada, com o qual teremos a aprender. *Bouchemaine* é constituída por quatro núcleos populacionais, tem um município, mas cada um desses núcleos tem um concelho local e um conselho social, que é o concelho de *Village*, constituído por pessoas da sociedade civil, que dão uma participação cívica na gestão pública da municipalidade. É um modelo interessante e ativo de geminação. Informou que eles fizeram uma festa tipicamente portuguesa, em que decoraram a cidade com as cores verde e vermelha da nossa bandeira, substituíram as placas do comércio: o talho, o café, a padaria, a ourivesaria, a ótica e a sapataria, tudo em português, ou seja, transformaram Bouchemaine numa cidade portuguesa, por um certo período, manifestando uma vontade enorme de fazer esta geminação. Disse que a ideia era poder assinar o acordo de geminação, após a aprovação pela Assembleia Municipal de Lamego e pelo Concelho Municipal de Bouchemaine, no início de Março de 2012, dada a circunstância de acontecer no Teatro Ribeiro Conceição uma exposição e um concerto de artistas franceses. Ir-se-á tentar fazer coincidir a vinda da delegação de Bouchemaine nesse período e podendo aproveitar-se o facto de acontecer aqui uma manifestação da cultura francesa, para se proceder à assinatura do acordo. A primeira medida de colaboração seria um intercâmbio de jovens lamecenses e de Bouchemaine, a realizar no próximo verão. Informou que há alguns processos em curso, nomeadamente com as escolas, infelizmente com algumas dificuldades, dado que hoje a primeira língua estrangeira é o inglês, não é o francês, o que dificulta o desenvolvimento do projeto. Disse que na visita que se fez a Bouchemaine foi fácil encontrar pontos de aproximação – empresários portugueses muito dinâmicos na zona. Na visita ao Val de Loire concluiu-se que em 2011 o Alto Douro Vinhateiro é a zona do País convidada para um conjunto de iniciativas que decorrem no Val de Loire. Há alguns pontos comuns que se podem vir a desenvolver neste projeto de geminação. Nesta circunstância de crise económica que se vive, não há condições para se desenvolverem grandes projetos que exijam deslocações que tenham custos acrescidos. Do lado francês há já tentativas de ponderar fundos comunitários, nomeadamente projetos transfronteiriços, que possam financiar as primeiras medidas a levar a efeito. Propõe-se à Assembleia Municipal que aprove este acordo, para se marcar a sua assinatura, que gostaria que decorresse, ainda que informalmente, numa sessão da Assembleia Municipal, com uma presença reforçada dos seus membros, dignificando a cerimónia e retribuindo a forma extremamente hospitaleira como receberam a delegação de Lamego em França.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Samodães** para dizer ao senhor Presidente da Câmara que, pelo que ele interpreta aqui, quando faz este tipo de deslocações só leva quem ele quer. Afirmou que todos são membros da Assembleia, todos foram eleitos da mesma forma. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que, quando houver mais geminações, a Câmara vai à custa dos lamecenses, mas os membros da Assembleia, nem que tenham de pagar, também gostavam de ir.

O senhor Presidente da Câmara viaja muito, faz bem, mas não faça protocolos, nem assinaturas dos mesmos, porque os membros da Assembleia também gostam de conhecer outros países.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara, pensa que já esta meia respondida, mas queria saber como surgiu esta oportunidade de geminação. Pelo que parece, foi o concelho de Lamego foi bem escolhido por Bouchemaine, apostou num Município com grande dimensão no Douro, com grande implantação. O mesmo não se pode dizer em relação a Bouchemaine, se bem pesquisou. Bouchemaine é um pequeno município com cerca de 6.500 habitantes. As vantagens de geminação para o Município de Lamego não são proporcionais à dimensão e população de Bouchemaine, mas nada tem opor.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, dizendo que infelizmente não tem viajado muito mas, neste caso, não se pôde organizar uma expedição mais alargada, levar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samodães e outros membros da Assembleia, sem se confirmar antes de que esta pequena cidade tenha condições adequadas para os receber. E tem, recomenda-se e, de certeza, que no âmbito dos projetos que se vão desenvolver não faltarão oportunidades para que haja visitas recíprocas. A próxima, mantendo-se o principio de alternância, será eles virem cá, aproveitando-se para assinar o protocolo, podendo marcar-se para o verão uma ida ao belo Val de Loire.

Deliberado: Aprovada por unanimidade

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** expressando a sua gratidão aos membros da Assembleia pelas palavras calorosas lhe dirigiram, bem como aos Secretários da Mesa, a quem manifestou reconhecimento pela disponibilidade em acompanhá-lo nesta honrosa tarefa. Essas palavras são um estímulo que agradece, prometendo retribuir o melhor que sabe, no exercício destas funções. Gratidão também ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores pelo estímulo que lhe transmitiram para que assumisse este cargo, o que faz, repete, com muita honra e por muito amor a Lamego. Não poderia terminar, sem expressar a todos os membros da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara e á ilustre vereação, aos funcionários do secretariado, ao público presente e aos Lamecenses em geral, os votos de um Feliz Natal e, sabendo que 2012 não será um ano economicamente muito favorável, a todos e Ex. mas famílias formula o desejo dum Venturoso 2012, que permita investimento em Lamego, facilitando e captando trabalho e emprego.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido manifestação nesse sentido.

08-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade.

08-ASSUNTO: TERMO

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão às 19 horas e 20 minutos, da qual foi lavrada esta minuta, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico